

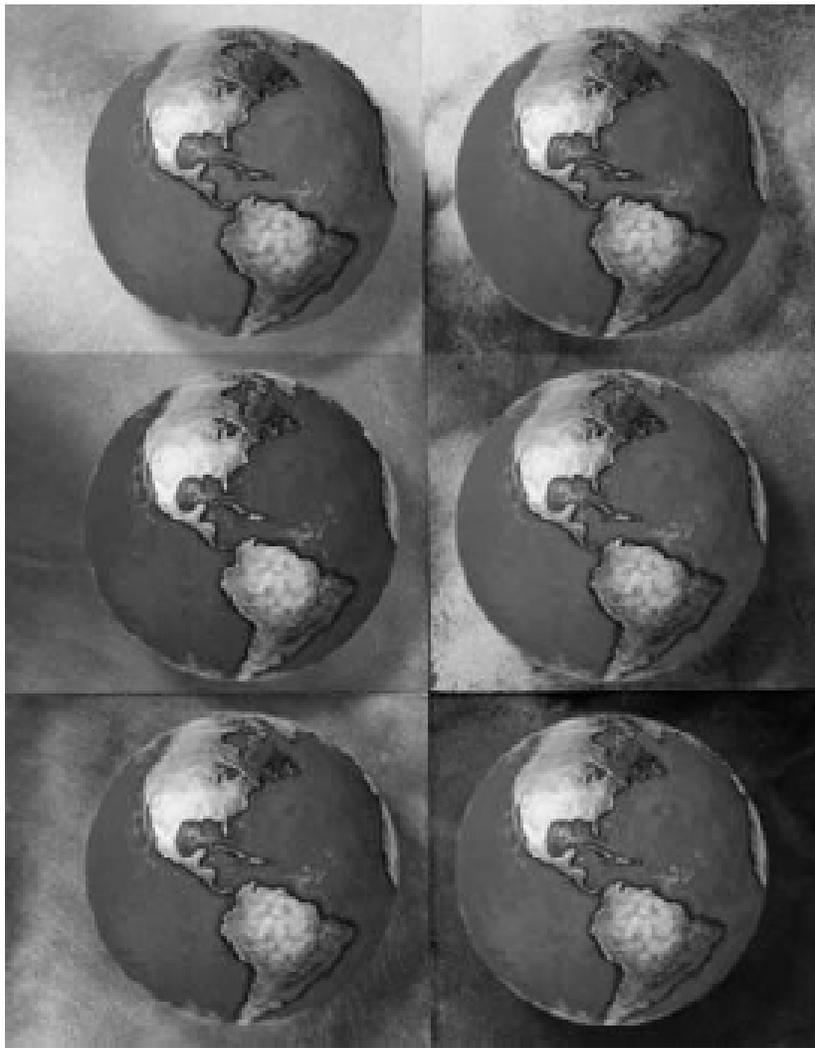
Perspectivas Econômicas

Volume 7

Revista Eletrônica do Departamento de Estado dos EUA

Número 3

Área de Livre Comércio das Américas: Expandindo o Comércio do Hemisfério



Outubro de 2002

PERSPECTIVAS ECONÔMICAS

Área de Livre Comércio das Américas: Expandindo o Comércio do Hemisfério

DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS EUA

REVISTA ELETRÔNICA

VOLUME 7, NÚMERO 3

Em novembro de 2002, os Estados Unidos e o Brasil assumirão a presidência conjunta da fase final das negociações da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), com a meta de alcançar um acordo, até janeiro de 2005, para a criação de uma única área de livre comércio, que se estenderá do Alasca à Argentina.

Nesta edição de *Perspectivas Econômicas*, analisamos o papel do comércio no contexto da política dos Estados Unidos nas Américas, os benefícios potenciais da Alca para toda a região, o andamento das conversações para esse acordo até o momento e os obstáculos ainda enfrentados pelos negociadores, à medida que trabalham para cumprir o prazo estabelecido pelos líderes regionais na Cúpula das Américas de Miami, em 1994.

O representante de comércio dos EUA, Robert Zoellick, descreve os objetivos norte-americanos para as negociações da Alca. O subsecretário de Estado, Otto Reich, destaca a importância da liberalização comercial nas Américas — não apenas para impulsionar o crescimento econômico, mas também para fortalecer os laços que unem as 34 democracias da região. O subsecretário de Comércio, Grant Aldonas, afirma que o pleno potencial da Alca será realizado somente se os negociadores abordarem outras áreas além das relacionadas com o comércio e investimentos, tais como a necessidade de sistemas confiáveis de aplicação da lei e judiciários independentes. Adolfo Franco, administrador adjunto da Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional, descreve os programas dos Estados Unidos criados para ajudar as economias menores a se adaptarem aos desafios de um ambiente de livre comércio.

Devido ao fato de a Alca ser um empreendimento regional, esta revista também inclui artigos do embaixador Rubens Barbosa sobre as perspectivas do Brasil, à medida que o país se prepara para trabalhar com os Estados Unidos, durante as conversações da Alca, e do ministro da Economia mexicano, Ernesto Derbez, que descreve as iniciativas bem-sucedidas de seu país, ao longo de quase duas décadas, para aprofundar sua integração na economia mundial.

O economista Jeffrey Schott oferece uma visão geral dos inúmeros desafios enfrentados pelos negociadores da Alca, enquanto Scott Otteman, da Associação Nacional de Fabricantes (*National Association of Manufacturers*), conchama os países a perseverarem na liberalização comercial, que é o caminho mais confiável e eficaz para prosperidade.

Em artigos separados, dois membros do Congresso em cargos-chave para o comércio — o republicano Philip Crane e o democrata Sander Levin — apresentam suas opiniões sobre como as negociações da Alca poderão melhor definir as regras do comércio regional para maximizar os benefícios da globalização.

Por fim, esta revista relaciona uma série de recursos úteis, inclusive links para sites de internet e leituras selecionadas, disponíveis em papel, que tratam de questões relacionadas com a Alca.

PERSPECTIVAS ECONÔMICAS

Revista Eletrônica do Departamento de Estado dos EUA, Vol. 7, No. 3, Outubro de 2002

ÍNDICE

Área de Livre Comércio das Américas: Expandindo o Comércio do Hemisfério

□ ENFOQUE

PRATICANDO O COMÉRCIO COM LIBERDADE: A NOVA INICIATIVA DAS AMÉRICAS 6

Robert B. Zoellick, representante de Comércio dos EUA

Os objetivos dos Estados Unidos para a reunião de ministros do Comércio regional, em 1º de novembro, incluem a criação de um Programa de Cooperação no Hemisfério para os menores países em desenvolvimento e a determinação de cronogramas fixos para as negociações de abertura dos mercados em cada um dos 34 países participantes.

A POLÍTICA DOS ESTADOS UNIDOS NAS AMÉRICAS E O PAPEL DO LIVRE COMÉRCIO 15

Otto J. Reich, subsecretário, Escritório de Assuntos do Hemisfério Ocidental

Departamento de Estado dos EUA

O livre comércio há muito tem sido a peça central da política dos EUA nas Américas, não apenas para impulsionar o crescimento econômico mas também para reforçar os laços que unem as 34 democracias da região.

MAPEANDO O CAMINHO PARA O CRESCIMENTO E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICOS 19

Grant D. Aldonas, subsecretário de Comércio Internacional

Departamento de Comércio dos EUA

A realização do pleno potencial da Alca exigirá que os negociadores trabalhem em áreas freqüentemente abordadas de forma inadequada, que incluem a necessidade de forte Estado de Direito, instituições democráticas, judiciários independentes, agências reguladoras confiáveis, sistemas fidedignos de aplicação da lei e serviços bancários e sociais eficientes.

CONSTRUINDO CAPACIDADE COMERCIAL NAS AMÉRICAS 22

Adolfo Franco, administrador adjunto

Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional

Ajudar as economias menores a atraírem o comércio e investimentos será fundamental para o sucesso da proposta da Área de Livre Comércio das Américas.

□ COMENTÁRIOS

BRASIL E ESTADOS UNIDOS: SUPERANDO OBSTÁCULOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DA ALCA 26

Rubens Barbosa, embaixador do Brasil para os Estados Unidos

Como co-presidente para o estágio final das negociações sobre a Alca, junto com os Estados Unidos, o Brasil compartilhará a responsabilidade de abordar questões importantíssimas, a exemplo da agricultura e de medidas comerciais reparatórias, bem como as que surgirem à medida que as complexas regras comerciais forem tomando forma e forem sendo feitas as concessões finais ao mercado.

O MÉXICO E A ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO DAS AMÉRICAS 29

Luis Ernesto Derbez, ministro da Economia do México

O México, para o qual os acordos de livre comércio têm sido vitais para melhorar sua competitividade global e garantir crescimento de longo prazo, está totalmente comprometido a trabalhar para o sucesso da Área de Livre Comércio das Américas devido à sua importância para o crescimento, empregos e elevação dos padrões de vida em todos os países da região.

DESAFIOS À ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO DAS AMÉRICAS

33

Jeffrey J. Schott, senior fellow

Instituto de Economia Internacional

Os sinais de recuperação econômica na América Latina, o lançamento das novas conversações da Organização Mundial do Comércio e outros desdobramentos recentes embasam um “otimismo frágil” com relação ao futuro das conversações da Alca.

POR QUE A ALCA É INTERESSANTE PARA OS EMPRESÁRIOS DAS AMÉRICAS

37

Scott Otteman, diretor de Política Comercial Internacional, Associação Nacional de Fabricantes

A eliminação das barreiras comerciais e o estímulo a políticas favoráveis ao mercado por meio da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) poderão ajudar os países da região a "terminar o trabalho" e tornarem-se economias competitivas viáveis.

❑ PERSPECTIVAS DO CONGRESSO

PROMESSA DE PROSPERIDADE ECONÔMICA E FORTALECIMENTO DAS PARCERIAS REGIONAIS

40

Philip Crane, presidente da Subcomissão Comercial de Orçamento da Câmara

O impulso para a finalização da Alca até 2005 está presente na região, e há muito em jogo para que os países participantes não persistam em sua busca pelo livre comércio.

OPORTUNIDADE DE FORMULAR REGRAS PARA O COMÉRCIO INTERNACIONAL

43

Sander Levin, líder democrata da Subcomissão Comercial de Orçamento da Câmara

Uma Área de Livre Comércio das Américas (Alca) bem-sucedida deve formular as regras do comércio internacional e da globalização, tratando das normas trabalhistas, proteção ambiental e outras questões importantes.

❑ FATOS E CIFRAS

EXPORTAÇÕES POR GRUPOS DE PAÍSES

47

CRESCIMENTO NAS EXPORTAÇÕES POR GRUPOS COMERCIAIS

49

❑ RECURSOS PARA INFORMAÇÃO

PRINCIPAIS CONTATOS E SITES

50

LEITURAS ADICIONAIS

52

PERSPECTIVAS ECONÔMICAS

Revista Eletrônica do Departamento de Estado dos Estados Unidos

Volume 7, Número 3, Outubro de 2002

O Escritório de Programas Internacionais de Informação do Departamento de Estado dos Estados Unidos fornece produtos e serviços que explicam as políticas, a sociedade e os valores norte-americanos para o público estrangeiro. O Escritório publica cinco revistas eletrônicas que tratam das principais questões enfrentadas pelos Estados Unidos e pela comunidade internacional. As revistas --Perspectivas Econômicas, Questões Globais, Temas de Democracia, Agenda da Política Externa dos EUA e Sociedade e Valores dos EUA -- apresentam declarações sobre políticas norte-americanas, bem como análises, comentários e informações de caráter geral sobre suas áreas temáticas.

Todas as edições das revistas aparecem em inglês, francês, português e espanhol, e algumas edições selecionadas também são publicadas em árabe e russo. Uma nova edição em inglês é publicada aproximadamente a cada mês. As versões traduzidas geralmente são publicadas duas a quatro semanas após a publicação do original em inglês.

As opiniões expressas nas revistas não refletem, necessariamente, a posição nem as políticas do governo dos Estados Unidos. O Departamento de Estado não assume nenhuma responsabilidade pelo conteúdo nem pela continuidade do acesso aos sites da Internet para os quais há links nesta publicação; tal responsabilidade é única e exclusivamente das entidades que publicam esses sites. Os artigos podem ser reproduzidos e traduzidos fora dos Estados Unidos, a menos que contenham restrições de direitos autorais explícitas para tal uso. Os usuários potenciais das fotos com créditos precisam obter autorização prévia de uso com a fonte citada.

Números atuais ou atrasados das revistas, assim como a relação das próximas edições, podem ser encontrados na home page do Escritório de Programas Internacionais de Informação, na World Wide Web, no seguinte endereço:

As publicações estão disponíveis em vários formatos eletrônicos para facilitar a visualização on-line, transferência, download e impressão.

Comentários são bem-vindos na embaixada dos Estados Unidos no seu país ou nos escritórios editoriais:

Editor, Perspectivas Econômicas
IIP/T/ES
Departamento de Estado dos EUA
301 4th St. S.W.
Washington, D.C. 20547
United States of America
E-mail: ajecon@pd.state.gov

Editora-chefe	Judith Siegel	Diretora de arte.....	Sylvia Scott
Editor	Jonathan Schaffer	Ilustração da capa.....	Barbara Long
Editores-gerentes	Berta Gomez	Conselho editorial	James Bullock
.....	Andrzej Zwaniecki	George Clack
Editores associados.....	Wayne Hall	Judith Siegel
.....	Kathleen Hug		
Editores colaboradores	Martin Manning		
.....	Kathryn McConnell		
.....	Scott Miller		
.....	Lauren Monsen		
.....	Bruce Odessey		

Departamento de Estado dos EUA
Escritório de Programas Internacionais de Informação
Outubro de 2002

ENFOQUE

❑ PRATICANDO O COMÉRCIO COM LIBERDADE: A NOVA INICIATIVA DAS AMÉRICAS

Robert B. Zoellick, representante de Comércio dos EUA

Os objetivos dos Estados Unidos para a reunião de ministros do Comércio do hemisfério ocidental, em 1º de novembro, em Quito, Equador, incluem a criação de um Programa de Cooperação no Hemisfério para os menores países em desenvolvimento e a determinação de cronogramas fixos para as negociações de abertura dos mercados em cada uma das 34 democracias participantes das conversações da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), diz o representante de Comércio dos EUA, Robert Zoellick.

Já estão em andamento negociações concretas, e o antigo sonho da Alca agora é uma “possibilidade real”, sustenta Zoellick. O USTR reconhece que “há cétricos em abundância” e que muitos temas sensíveis ainda deverão ser tratados. No entanto, segundo ele, os Estados Unidos estão pressionando para que as conversações sejam concluídas até a data prevista: janeiro de 2005. “Apenas o tempo dirá se as fortes objeções são posições de negociação ou barulho de políticos temerosos”, comenta Zoellick.

Além disso, embora os altos funcionários da administração Bush queiram negociar com todas as democracias das Américas por meio da Alca, “também estamos preparados para avançar passo a passo rumo ao livre comércio, mesmo que outros voltem atrás ou simplesmente ainda não estejam preparados”, acrescenta.

A seguir, o discurso de 14 de outubro, pronunciado pelo embaixador Zoellick em Miami, durante a Sexta Conferência Anual das Américas do Miami Herald.

Sempre que venho a Miami, sinto essa agitação, essa energia. Este é o ponto de encontro onde as correntes intelectuais, econômicas, culturais e humanas do Norte e do Sul se reúnem. O povo de Miami combinou esses movimentos para criar uma comunidade que se vale da melhor arte, arquitetura, tradição e saber de dois continentes e muitas culturas.

Há vinte e cinco anos, com os problemas pipocando, muitas pessoas preocupavam-se, por considerar que os melhores dias de Miami haviam ficado para trás. No entanto, o otimismo — respaldado pela energia e pelo compromisso cívico — prevaleceu. Hoje, esta jóia das Américas reluz como um exemplo brilhante do poder de regeneração — uma cidade que se transformou em um centro vibrante de comércio, cultura e confiança.

Como Miami, a América Latina e o Caribe viram suas fortunas crescer e depois despencar; vivenciaram lutas e desânimo, para depois se reinventarem com a visão aberta, o trabalho árduo e a perseverança de seus intelectuais e líderes políticos.

E todos nós sabemos que o trabalho nas Américas ainda está em andamento. Para alguns, desacelerações e reveses causam desânimo. Outros, olhando para frente, reconhecem que a América Latina e o Caribe ainda precisam construir instituições políticas e civis, a confiança pública, redes comerciais e parcerias de segurança que desbloquearão todo o potencial da região.

Como disse o presidente Bush aqui em Miami, em agosto de 2000, mesmo antes de ser eleito: “Alguns ainda olham para a América Latina com velhos estereótipos. Mas eu vejo um hemisfério com 500 milhões de pessoas que se esforçam pelo sonho de uma vida melhor”.

É um prazer especial estar com vocês no Portal das Américas.

Da minha parte, acredito que não devemos descansar até que os povos de Bogotá a Buenos Aires, passando por Manágua, tenham as mesmas oportunidades desfrutadas hoje pelos cidadãos de Miami.

Esta cidade extraordinária desempenhará um papel importante ao estender as mãos dos EUA para manter, ajudar e encorajar nossos parceiros do continente.

Portanto, estou feliz em anunciar hoje que ao participar do encontro com meus colegas ministros para negociar a Área de Livre Comércio das Américas, em Quito, daqui a duas semanas, proporei que os Estados Unidos sediem a próxima reunião ministerial da Alca — em 2003 — e se eles concordarem, que a façamos aqui em Miami.

DESAFIOS E PROMESSAS NA AMÉRICA LATINA

Sabemos que este é um momento de decisão para muitos países da região.

Depois dos sucessos alcançados nas primeiras rodadas das reformas políticas e econômicas, alguns governos titubearam em seus esforços para tratar das tarefas mais profundas e complexas de institucionalização da democracia, boa governança, Estado de Direito, sistemas fortes de educação, sistemas fiscais justos e eficazes, reformas previdenciárias e mercados livres.

Oitenta por cento dos latino-americanos acreditam que a corrupção, o crime organizado e o tráfico de drogas “aumentaram muito” em seus países nos últimos anos, segundo uma pesquisa do Latinobarometro, do Chile.

O Banco Mundial estima que Judiciários fracos ou corruptos enfraquecem o crescimento econômico da América Latina a uma média de 15% ao ano, desencorajando os investimentos estrangeiros, forçando empresas produtivas para o mercado negro e deixando de cumprir contratos.

Nas democracias da América Latina de hoje, a impaciência e a frustração conduzem à inquietação política e abrem espaço para populistas que se aproveitam desses ressentimentos, mobilizando contra e não a favor. No entanto, a democracia

também dá oportunidade para que um homem nascido pobre, em uma favela, aspire à presidência do maior país da América Latina.

Os desafios são genuínos. Não devemos minimizar sua importância. Mas se as Américas vão traçar um curso bem-sucedido para o futuro, também precisamos reconhecer o que mudou para melhor. Esse é o alicerce sobre o qual se deve construir.

Em 1970, 17 dos 26 países da América Latina e Caribe tinham regimes autoritários. Em meados da década de 1980, quando trabalhei no Departamento do Tesouro do governo Reagan, a América Latina estava atormentada com hiperinflação, crise de endividamento e colapso dos serviços públicos. Em 1989, quando assumi um cargo no Departamento de Estado do governo George H.W. Bush, conflitos violentos estavam corroendo os frágeis tecidos sociais. Como reflexo de seus associados, a Organização dos Estados Americanos não tinha nenhum compromisso com a democracia como um princípio organizador da sociedade americana.

Hoje, as circunstâncias são sensivelmente diferentes.

A ditadura da ilha de Cuba está sozinha e isolada em uma comunidade democrática que se estende por todo o hemisfério.

No front econômico, tem havido progressos reais:

A inflação está em queda em toda a região, de uma média de 500% em 1990 para 7% no ano passado. As Américas aprenderam que são os pobres, principalmente, que são expulsos da vida econômica nas sociedades onde os preços sobem constantemente em espiral.

O PIB real cresceu a uma taxa média anual de 3,4% na década de 1990, bem acima do 1,2% da década de 1980.

Em termos per capita, o PIB real na década de 1990 aumentou a uma taxa média anual de 1,5 %, bem abaixo do que é necessário, mas muito melhor do que o declínio de quase 1% na década de 1980.

O volume de exportações cresceu 10% ao ano na década de 1990, duas vezes a taxa da década anterior. Como relataram o BID e o FMI, o crescimento comercial ajudou a aumentar a produtividade e a criar empregos com melhores remunerações.

A privatização — em especial dos serviços públicos — gerou melhores serviços, cobertura mais ampla, aumento dos investimentos e aprimoramento da eficiência. Milhões e milhões de pessoas podem agora ter telefone, eletricidade e água tratada, antes acessíveis somente aos privilegiados.

Segundo a Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina, a pobreza caiu de 41%, em 1990, para 35 %, no final da década. O investimento estrangeiro direto saltou de US\$ 9 bilhões, em 1990, para US\$ 76 bilhões, em 2000, e esse investimento esteve intimamente ligado à expansão das exportações e à criação de empregos.

No espaço de uma única geração, a América Latina deixou de ser uma região dominada por autocracias estagnadas para se tornar uma região que luta por democracias, a maioria delas sendo economias com crescimento sustentado. Este é um hemisfério de promessas — e com possibilidades de curto prazo.

REFORMAS A NORTE E A SUL

Como os latino-americanos sabem muito bem, esta também é uma região de grandes diversidades. As histórias, os problemas e as culturas políticas das sub-regiões e de cada país variam enormemente. Conforme a integração regional e mesmo global se aprofundam, podemos aprender uns com os outros e apoiar uns aos outros, ao mesmo tempo em que distinguimos necessidades e circunstâncias específicas.

Nesse contexto, o México, ao norte, e o Chile, ao sul, destacam-se como exemplos do que pode ser realizado. Os Estados Unidos estão orgulhosos por suas parcerias com essas duas democracias vibrantes. Acreditamos que o aprofundamento da integração por meio de acordos de livre comércio também fortalecerá a vitalidade econômica e a adaptabilidade dos dois países.

Em um mundo de fluxos de capitais globais, os primeiros vínculos de comércio e investimentos por meio dos acordos de livre comércio com os Estados Unidos podem se mostrar especialmente valiosos. Depois da crise do peso de 1982, o México precisou de sete anos para ter novamente condições de fazer empréstimos nos mercados financeiros internacionais; depois do choque financeiro de 1994-95, com a ajuda do Nafta, precisou de apenas sete meses. Depois da crise de 1982, foram necessários sete anos para que as exportações dos EUA para o México alcançassem os níveis anteriores à crise; depois do choque de 94/95, foram necessários apenas 17 meses.

Além disso, ao contrário dos maus presságios de provincianos latino-americanos, as políticas de livre comércio do México e do Chile permitiram aos dois países ficarem mais fortes não apenas com os Estados Unidos, mas em todo o continente americano e na economia mundial. O México seguiu o Nafta ao negociar nove acordos de livre comércio com 29 parceiros latino-americanos. Este mês, está sediando a cúpula do grupo Cooperação Econômica Ásia Pacífico, que contribuirá para destacar a liderança mexicana na Organização Mundial do Comércio, convocando o encontro ministerial global.

Um novo relatório da Organização de Desenvolvimento Industrial das Nações Unidas classifica o México em 12º no mundo em exportações de alta tecnologia, 10º para produtos de média tecnologia e 11º para exportações de produtos de baixa tecnologia. Em 1985, o México conseguiu com dificuldade o 23º lugar nas exportações de baixa tecnologia e nem chegou a ser classificado quanto aos produtos de média e alta tecnologia.

Seis mil quilômetros ao sul, o Chile é outro exemplo dos ganhos obtidos com políticas sólidas. Em meio a uma desaceleração global, o Chile continuou a crescer: a 4,4% em 2000 e a 2,8% no ano passado. A capacidade de recuperação rápida do Chile é resultado direto de sua abertura com crescimento econômico liderado por um setor de exportação que registrou um aumento de 8,2% somente nos últimos nove meses. O crescimento do Chile permitiu que o país reduzisse seu índice de pobreza pela metade, de 45% em 1987 para 22% em 1998.

REFORMAS NO CENTRO: EL SALVADOR

Outros países do hemisfério estão comprometidos a se somar aos exemplos do Chile e do México. Considere o caso de El Salvador, cuja transformação é, em todos os sentidos, tão impressionante quanto de seus parceiros mais desenvolvidos. Apesar de pequeno e de golpeado por forças econômicas e naturais fora de seu controle, essa terra de montanhas envoltas por névoas está se tornando um território de oportunidades e esperança.

Durante toda a década de 1980, a violência e o medo eram um modo de vida para milhões de salvadorenhos. O desempenho econômico de El Salvador era fraco, mesmo se comparado com outras economias centro-americanas. Em um livro de 1991 sobre a América Central, do correspondente do *New York Times* no Departamento de Estado, o título depressivo do capítulo sobre esse país pobre era “O lodaçal salvadorenho”.

Após o histórico acordo de paz assinado às vésperas do ano-novo de 1991, os líderes salvadorenhos voltaram-se para a tarefa de construir um novo futuro. Atacaram a inflação, puniram a corrupção, cortaram gastos, reestruturaram e privatizaram o sistema bancário, privatizaram empresas estatais ineficientes e abriram as fronteiras do país para o comércio. Recorrendo ao exemplo do Chile, El Salvador começou a utilizar o poder de mercados privados para suprir as necessidades previdenciárias de seus cidadãos, ao mesmo tempo em que aumentou o *pool* da poupança e dos investimentos nacionais — avançando mais do que os Estados Unidos na área da reforma da previdência. Liberdade Econômica do Mundo; esse relatório anual de 2000 classifica El Salvador como a 14ª economia mais livre do mundo — saindo do 67º lugar em 1990 — e na frente de Japão, Alemanha e França.

Políticas sólidas geraram resultados. De acordo com o Banco Mundial, de 1991 a 2001, El Salvador cresceu a uma média de 4,3% ao ano, contra 1,3 % de 1981 a 1991. Em termos per capita, o PIB de El Salvador cresceu mais de 10 vezes na década de 1990 do que na década de 1980.

Muitos salvadorenhos ainda lutam para superar a pobreza. No entanto, o crescimento econômico —

impulsionado pelo comércio — está fazendo uma real diferença em suas vidas. Durante a visita do presidente Bush a San Salvador, em abril passado, o presidente Francisco Flores disse que “hoje muitas mulheres nas áreas rurais têm a oportunidade de trabalhar, graças à abertura dos Estados Unidos... isso está produzindo uma mudança drástica na área rural do nosso país”.

Em El Salvador, o comércio e a reforma têm nomes reais e encorajadores, citados pelos trabalhadores. A Sigma S.A. foi fundada em 1933 para fabricar embalagens, como caixas de papelão e garrafas plásticas. Reconhecendo as oportunidades de exportação oferecidas pelas políticas comerciais de San Salvador, a Sigma cresceu e alcançou o status de multinacional, empregando 3.000 pessoas e vendendo para os mercados das Américas Central e do Sul. A Sigma começou até a fazer incursões nos mercados europeus de embalagens de luxo, por meio de contratos com a Meissen, na Alemanha. E a empresa também está vinculada à economia dos EUA, que fornece o papel e a maioria de seus equipamentos de fabricação.

A Bocca Deli, que fabrica salgadinhos, estava voltada exclusivamente para o mercado interno — e temia o livre comércio. Hoje, 74% das vendas da empresa são para o exterior — contra zero de há poucos anos. A história da Bocca Deli revela a natureza benéfica para todos do comércio: a empresa faz seus *nachos* com o milho branco vendido pelos agricultores norte-americanos.

E há a St. Jack’s, uma pequena fábrica têxtil que produz camisetas e roupas de criança usando motivos licenciados pela Disney. Apesar de seu tamanho modesto, a St. Jack’s fornece para grandes lojas varejistas dos Estados Unidos — inclusive para a Kohl’s e a J.C. Penney —, valendo-se das tarifas reduzidas proporcionadas pela Iniciativa da Bacia do Caribe. A St. Jack’s também comercializa sua própria marca na América Central, México e República Dominicana. Rolando Siman, diretor presidente da St. Jack’s, informa que os novos acordos de livre comércio de El Salvador com o México e a República Dominicana impulsionaram a expansão na América Latina. Ele também observa que sua empresa compra a maior parte de seus fios e linhas dos Estados Unidos.

As exportações salvadorenhas para o México duplicaram no primeiro ano de seu novo acordo de livre comércio, e a previsão é que dupliquem novamente em 2003. As exportações para a República Dominicana aumentaram 160% no primeiro ano do acordo de livre comércio dos dois países. Não é hora de os Estados Unidos terem um acordo de livre comércio com El Salvador e com as outras quatro nações do Mercado Comum Centro-Americano?

Apesar das adversidades, inclusive um terremoto e furacões devastadores, El Salvador trilhou um curso estável a caminho da reforma. Seus líderes políticos estão dispostos a adotar medidas impopulares, porém necessárias. O presidente Flores tem sido claro sobre onde esse caminho leva: El Salvador “avançou muito mais nas idéias que compartilhamos com os Estados Unidos” — na direção de um continente americano de democracia, mercados abertos, transparência e estado de direito.

O COMPROMISSO DOS EUA COM A AMÉRICA LATINA

Depois do 11 de setembro, o hemisfério preocupou-se com a possibilidade de que as demandas de guerra levassem os Estados Unidos a perderem o interesse na América Latina.

Nada poderia estar mais longe da verdade: o presidente Bush está comprometido com a América Latina como um parceiro fundamental nas esferas econômica, política e de segurança.

O presidente e o povo norte-americano são gratos pela solidariedade do hemisfério após 11 de setembro, quando a OEA acionou o Tratado do Rio. Também apreciamos o fato de que a solidariedade é nos dois sentidos.

Nos últimos 20 meses, o presidente teve 30 encontros no Salão Oval com chefes de governo latino-americanos. Sua primeira viagem internacional como chefe do Executivo foi para a América Latina. Sua primeira cúpula foi a Cúpula das Américas. Ele visitou El Salvador, Peru e México. Para o presidente Bush, este hemisfério é como se fosse sua casa, a vizinhança das Américas.

Sabendo da importância do comércio nas Américas, o presidente Bush pediu que eu visitasse

nossos amigos daqui com frequência. Durante o meu ano e meio como representante de Comércio, visitei a Argentina, Brasil, Canadá, Caribe, Chile, Colômbia, México, Peru e Uruguai para ouvir e aprender. No mês passado viajei a Trinidad e Tobago para discutir as necessidades específicas das economias das ilhas pequenas com os ministros do Comércio da Comunidade e Mercado Comum do Caribe. No final deste mês visitarei a Bolívia e o Equador. Reuni-me com pequenos empresários que concorrem para participar da rede de *global sourcing* da Wal-Mart no Brasil, com empreendedores colombianos e com trabalhadores de fábrica e ambientalistas do Chile — e neles vi a esperança.

As intenções do presidente Bush foram respaldadas por ações e resultados.

Em agosto, a perseverança do presidente com relação ao comércio foi recompensada quando o Congresso norte-americano aprovou a Lei do Comércio de 2002. Revertendo as três tentativas fracassadas dos anos 1990, o presidente Bush trabalhou voto a voto para recuperar a Autoridade de Promoção Comercial, para que pudéssemos reapresentar nossos acordos comerciais ao Congresso sem emendas.

Não estamos perdendo tempo em utilizar essa autoridade para abrir mercados e oportunidades.

Duas semanas atrás, notifiquei formalmente o Congresso sobre nossa intenção de tentar concluir as negociações do Acordo de Livre Comércio EUA-Chile até o final do ano.

Duas semanas atrás, enviei outra carta notificando formalmente o Congresso sobre a intenção do governo de iniciar as negociações de um acordo de livre comércio com os cinco países do Mercado Comum Centro-Americano — Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua.

A Autoridade de Promoção Comercial dá também um novo impulso às nossas metas acordadas de concluir as novas negociações sobre comércio global no âmbito da OMC e Área de Livre Comércio das Américas até 2005.

Foi necessária a parceria dos ministros das Américas para a consecução do lançamento das

novas negociações da OMC em Doha, em novembro do ano passado, revertendo o fracasso de Seattle. Meus amigos e colegas Celso Lafer, do Brasil, Luis Derbez, do México, e Pierre Pettigrew, do Canadá, trabalharam junto comigo em Doha em uma sessão que durou a noite inteira para elaborar o mandato negociador de Doha e persuadir nossos colegas mais relutantes. O vice-ministro do Comércio do Chile, Heraldo Munoz, a ministra do Comércio da Colômbia, Marta Lucia Ramirez, atual ministra da Defesa, e outros parceiros latino-americanos também tiveram um papel importante nas negociações.

A delegação das Américas em Doha concentrou-se particularmente na eliminação de barreiras ao comércio agrícola, que pode gerar grande crescimento para o hemisfério. Em coerência com seus compromissos, os Estados Unidos apresentaram uma proposta audaciosa de eliminação de todos os subsídios à agricultura, um corte mundial de US\$ 100 bilhões de subsídios agrícolas domésticos que distorcem a produção — inclusive a nossa — e redução das tarifas em 75%.

Em um grupo presidido pelo ministro mexicano Derbez, o Brasil e os Estados Unidos também lideraram a elaboração de um entendimento importante, que prevê que as regras da propriedade intelectual garantirão o desenvolvimento de medicamentos que salvam vidas e possibilitarão que os países em desenvolvimento licenciem produtos farmacêuticos para combater o HIV/Aids, a malária, a tuberculose e outras pandemias.

Percebo um firme propósito comum nas Américas de pressionar o avanço das negociações da OMC, abrir o acesso à agricultura, aos produtos manufaturados e aos serviços. E no próximo ano serão as Américas — em Cancun — as anfitriãs da reunião ministerial intermediária da OMC para manter a Agenda de Doha nos trilhos.

A estratégia comercial do presidente Bush para o hemisfério já está dando resultados. A Lei do Comércio de 2002 inclui a renovação e expansão das preferências comerciais — a redução unilateral das tarifas norte-americanas para zero — para exportações de países em desenvolvimento no valor estimado de US\$ 20 bilhões, sendo que US\$ 7 bilhões são provenientes de nossos parceiros comerciais da América Latina e Caribe.

A Lei do Comércio de 2002 renovou o Sistema Generalizado de Preferências, que permite a entrada nos Estados Unidos, com isenção de impostos, de cerca de 3.500 produtos de 140 economias em desenvolvimento. Já estamos examinando a forma de usar essa autoridade para expandir as importações da Argentina, e estamos convidando outros países a apresentarem solicitações para a revisão de produtos que começará no fim deste mês.

Essa lei ampliou a Lei de Parceria Comercial com o Caribe por meio da liberalização das disposições sobre vestuário.

E, mais importante ainda, a nova Lei do Comércio renovou e ampliou a Lei de Preferência Comercial para a Região Andina, aprovada pela primeira vez em 1991 pelo presidente George H.W. Bush e que aumentou para cerca de 6.300 o número de produtos isentos.

Sabemos muito bem da importância da ATPA para a Colômbia, a Bolívia, o Peru e o Equador.

Em agosto, tive a honra de assistir à posse do presidente Alvaro Uribe, em Bogotá. Na manhã da cerimônia, acompanhei o presidente que deixava o cargo, Andres Pastrana, em seu último compromisso oficial: uma reunião com o empresariado colombiano para discutir formas de utilização da ATPA ampliada para fortalecer a economia do país nesses tempos de perigo. Algumas horas depois, estava na Câmara de Deputados da Colômbia quando guerrilheiros terroristas soltaram foguetes em uma tentativa fracassada de barrar a democracia. Tampouco conseguiram impedir o novo empresariado colombiano de vender flores ornamentais aos Estados Unidos, um negócio de US\$ 500 milhões que sustenta 75.000 empregos na Colômbia e que floresceu porque a ATPA reduziu para zero as tarifas norte-americanas para as flores. As exportações da Colômbia para os Estados Unidos aumentaram 155% com a ATPA, com um movimento estimado pela Colômbia de cerca de US\$ 1,2 bilhão entre 1992 e 1999.

O presidente Bush está cumprindo sua promessa para a América Latina de revigorar o impulso para liberdade política e econômica por meio do comércio — e atravessar os mares e o istmo para criar um hemisfério que faça comércio em

liberdade. Entretanto, ele reconhece que apenas o comércio não é suficiente.

Como meus colegas Ken Dam, do Departamento do Tesouro, e Otto Reich, do Departamento de Estado, explicarão mais detalhadamente, este governo aprecia o fato de que a nossa Iniciativa Americana deverá aprofundar também nossas redes de segurança, finanças e política.

Por essa razão os Estados Unidos intervieram, juntamente com o FMI e as economias do G-7, para dar ao Uruguai — um país que tem praticado políticas corretas — a oportunidade de revitalizar um sistema bancário sob grave tensão. Por essa razão os Estados Unidos ajudaram o Brasil com um novo pacote de US\$ 30 bilhões do FMI. Por essa razão os Estados Unidos estão trabalhando com o FMI, o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento — presidido por nosso amigo Enrique Iglesias — para ajudar a Colômbia. E por essa razão os Estados Unidos estão dispostos a apoiar a ajuda das instituições financeiras internacionais a nossos amigos na Argentina, caso os líderes políticos do país tomem as providências necessárias para se auto-ajudarem.

AS ÁREAS DE LIVRE COMÉRCIO DAS AMÉRICAS

Nossa maior empreitada — objetivo maior — é criar a Área de Livre Comércio das Américas. Esse sonho tem sido inspirador desde a época da independência da América Latina, com visionários que vão de Henry Clay a Ronald Reagan articulando o potencial, as possibilidades e a parceria.

O presidente Reagan via o dia “em que o fluxo livre do comércio, da ponta da Terra do Fogo ao Círculo Ártico, unirá os povos do hemisfério ocidental em uma aliança de trocas mutuamente benéficas, quando todas as fronteiras se tornarão o que a fronteira EUA-Canadá já é há tanto tempo: um ponto de encontro ao invés de uma linha divisória”.

O barco da inspiração atingiu agora a praia da possibilidade real: desde o ano passado estivemos realizando um trabalho concreto para construir a Alca. Não é surpresa que haja cétricos em abundância. Alguns líderes políticos se posicionam em seus países com alertas, enquanto

outros procuram atrair a opinião pública para as oportunidades. Todos nós temos temas sensíveis que precisamos tratar com cuidado, embora sem perder de vista os grandes ganhos para todos. Apenas o tempo dirá se as fortes objeções são posições de negociação ou barulho de políticos temerosos. No meio da retórica da resistência, é marcante o fato de que 70% dos latino-americanos, em uma pesquisa do Latinobarometro de 2001, responderam que são a favor da criação de uma zona de livre comércio de âmbito hemisférico.

Como um ávido estudante de história, também estou sensibilizado pela natureza épica desse empreendimento. Como uma pessoa prática que deve se pautar pela obtenção de resultados, estou concentrado nos marcos das estradas que levam à próxima colina.

Os Estados Unidos estão avançando na direção do livre comércio no hemisfério por meio do livre comércio na América do Norte, em breve com o Chile, em seguida com a América Central. Estamos preparando o caminho para mais livre comércio com a abertura do mercado norte-americano por meio das Leis de Preferências Comerciais para a Região Andina e de Parceria Comercial com a Bacia do Caribe. Queremos negociar com todas as democracias das Américas por meio da Alca, mas também estamos preparados para avançar passo a passo rumo ao livre comércio mesmo que outros voltem atrás ou simplesmente ainda não estejam preparados.

Queremos oferecer às Américas o direito de decidir primeiro. Os países da Ásia-Pacífico, da África e do Oriente Médio também estão interessados em acordos de livre comércio com os Estados Unidos. Com a China, quarta maior nação comercial do mundo, agora na OMC, a América Latina enfrentará forte concorrência global. Queremos que as Américas avancem, não fiquem paradas, ou pior, percam terreno.

O ESFORÇO DE QUITO: SETE OBJETIVOS

Em 1º de novembro, os ministros de Comércio das 34 democracias que participam da Alca se reunirão em Quito para promover o avanço das negociações para a fase de negociações coletivas específicas e concretas.

Os Estados Unidos vão procurar atingir sete objetivos em Quito.

Primeiro, precisamos lançar um Programa de Cooperação no Hemisfério, de modo que os países menores, em desenvolvimento — especialmente do Caribe — tenham capacidade para participar e se beneficiar das negociações de livre comércio. Nossa meta é garantir que esses países recebam ajuda para negociar assuntos complexos, que tenham capacidade para implementar o acordo final e o auxílio para fazer os ajustes estruturais necessários à criação de uma área de livre comércio eficiente. O Banco Interamericano de Desenvolvimento, a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional e a Agência Norte-Americana de Comércio e Desenvolvimento têm sido excelentes parceiros nesse esforço de aliar o comércio à ajuda para o crescimento e oportunidades.

Segundo, procuraremos manter cronogramas fixos — para os próximos meses, não anos — para as negociações de abertura de mercados de cada participante.

Além disso, buscaremos negociar a redução das tarifas aplicadas, não das tarifas consolidadas da OMC. Esse princípio pode parecer técnico, mas seria um marco da seriedade de nosso esforço comum. As reduções tarifárias teriam como base a realidade dos padrões comerciais atuais, ao invés do cenário de tarifas permitidas legalmente, mais altas. A faixa de tarifas “amarradas” de muitos países está muito acima de seus níveis tarifários atuais e, assim, os cortes a partir das tarifas consolidadas levariam mais tempo para afetar o comércio. Ao mesmo tempo, reconhecemos que as economias das pequenas ilhas do Caribe poderão necessitar de flexibilidade no patamar tarifário inicial para um número limitado de produtos sensíveis.

Terceiro, procuraremos criar presidências para os nove Grupos de Negociação e três comissões correlatas, de modo que os líderes pressionem o avanço dos trabalhos.

Quarto, insistiremos para que o texto de negociação revisto seja divulgado, uma prática que iniciamos o ano passado em Buenos Aires. A divulgação dessa minuta deverá aumentar a transparência do processo da Alca.

Valorizamos a contribuição da opinião pública, a qual levaremos em consideração no andamento dos trabalhos.

Quinto, esperamos que Quito proporcione uma outra oportunidade para engajar grupos da sociedade civil no projeto da Alca. Ouviremos. E não nos furtaremos a explicar os benefícios do livre comércio. Já recebemos uma contribuição sem precedentes de grupos da sociedade civil e estamos encaminhando suas recomendações aos negociadores, em inglês e espanhol, de maneira contínua.

Sexto, esperamos ouvir e aprender com os representantes da iniciativa privada no Fórum Empresarial das Américas. A Alca só pode ser uma estrutura facilitadora, na qual o gênio dos empreendedores, os compromissos dos investidores e a energia de empresas em expansão possam gerar empregos, crescimento e esperança para os povos das Américas.

Finalmente, como os Estados Unidos e o Brasil estão programados para atuar como co-presidentes das negociações de Quito à conclusão, os Estados Unidos se oferecerão para sediar a próxima reunião ministerial aqui mesmo em Miami em 2003. Com sua ajuda — e seu modelo de renascimento urbano — este Portal das Américas ajudará a fazer história para as Américas.

Trabalhando com o apoio de seu governador e bancada parlamentar, desejamos alavancar os benefícios do comércio para um futuro cada vez mais brilhante da Flórida dentro das novas Américas.

CONCLUSÃO

A segunda metade do século 20 foi caracterizada por uma divisão entre o Oriente e o Ocidente, pela luta longa e incerta por liberdade que marcou a Guerra Fria. Neste novo século, nosso desafio vital é superar a divisão entre Norte e Sul para que brilhe a luz de uma nova aurora de esperança e oportunidade.

Acredito que será aqui — no Novo Mundo das Américas — que poderemos derrubar os muros do preconceito, da pobreza e do protecionismo ao interligar nossos dois continentes por meio dos laços de liberdade e prosperidade.

A agenda de livre comércio dos EUA pode ajudar as frágeis democracias das Américas, da mesma forma que a política comercial norte-americana após a Segunda Guerra Mundial ajudou a garantir a democracia e a esperança na Europa Ocidental e no Japão.

Vimos que as crises dos anos 1970 e 1980 acionaram a primeira geração de reformas na América Latina, as rápidas melhorias deram às pessoas uma razão para ter esperança de que poderiam construir uma vida melhor para si e para suas famílias. Elas começaram a acalentar grandes sonhos.

Esses sonhos não se realizaram tão rapidamente quanto qualquer um de nós gostaria. Contudo, há perspectivas de melhorias históricas. Mesmo com os recentes choques que tumultuaram as economias latino-americanas, a recuperação em muitos lugares tem vindo mais rapidamente do que no passado e a resposta da maioria dos líderes

democráticos latino-americanos tem sido aprofundar, não abandonar, as reformas de livre mercado.

Infelizmente, não há uma solução rápida para os problemas de pobreza e subdesenvolvimento. A próxima geração de reformas políticas e de mercado e exigirá líderes corajosos que não fujam de suas responsabilidades. Exigirá líderes que vejam além dos próprios interesses, da próxima eleição, para promover a cidadania de todo o povo da América Latina. Para ter sucesso, esses líderes políticos precisarão também do apoio do setor privado, não para ganhos próprios, mas para o bem comum.

Para aqueles na América Latina que possuem essa determinação e visão, deixem-me passar esta mensagem: trabalharemos com vocês. Lutaremos com vocês. Faremos juntos deste hemisfério um modelo para o mundo.

❑ A POLÍTICA DOS EUA NAS AMÉRICAS E O PAPEL DO LIVRE COMÉRCIO

Otto J. Reich, subsecretário, Escritório de Assuntos do Hemisfério Ocidental, Departamento de Estado dos EUA

O livre comércio há muito tem sido a peça central da política dos EUA nas Américas, não apenas para impulsionar o crescimento econômico mas também para reforçar os laços que unem as 34 democracias da região, disse Otto Reich, principal diplomata para a região. “Existe uma dinâmica fundamental de suporte mútuo entre liberdade política e liberdade econômica”, explicou.

Depois de obter do Congresso uma concessão da autoridade de promoção comercial (TPA), os altos funcionários do governo Bush estão confiantes para prosseguir, com renovado vigor, as conversações sobre a Alca num momento em que Estados Unidos e Brasil se preparam para assumir a liderança conjunta da fase final das negociações. O embaixador Reich reconhece como legítimas as preocupações – nos países desenvolvidos e países em desenvolvimento – sobre possíveis interferências do comércio aberto, mas diz que “Sem mudanças, só há estagnação”.

O presidente George Bush acredita que o livre comércio é o caminho para a prosperidade e fator essencial para a expansão da liberdade política e econômica em todo o mundo. Trabalhar para o livre comércio é prioridade máxima da política norte-americana nas Américas. O presidente Bush acredita que é possível criar o ambiente certo para que os povos das Américas possam desenvolver seu potencial.

Os Estados Unidos desejam trabalhar com seus vizinhos no hemisfério ocidental para construir uma comunidade democrática que seja livre, segura e próspera. A Área de Livre Comércio das Américas (Alca) é o caminho para se chegar a essa meta.

Com exceção de Cuba, os países do hemisfério ocidental compartilham o compromisso com a

liberdade: liberdade política através da democracia e liberdade econômica através das políticas de mercado. Existe uma dinâmica fundamental de suporte mútuo entre liberdade política e liberdade econômica. A maioria das nações do hemisfério está em transição, passando de regimes autoritários para repúblicas democráticas, de controle estatal para economias de mercado. A evolução para a abertura, liberdade individual, oportunidade e igualdade perante a lei na esfera econômica é tão importante quanto a evolução política, além de complementá-la.

Os Estados Unidos sabem que seu destino está ligado ao bem-estar de seus vizinhos. Compreendem que não podem estar seguros se seus vizinhos também não estiverem. Reconhecem que sua prosperidade aumenta à medida que seus vizinhos também prosperam. Acreditam que relações saudáveis entre os Estados Unidos e os outros países do hemisfério ocidental são mutuamente benéficas, e essa perspectiva permeia sua política para a região.

Embora nós nos Estados Unidos acreditemos que o comércio é o elemento mais benéfico de nossas relações econômicas com o mundo, estamos intensificando nossa ajuda externa e sua eficácia. Para 2002, o programa de ajuda externa da Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (Usaid) para a América Latina e o Caribe totalizou US\$ 828 milhões. Em março, o presidente Bush anunciou que a assistência ao desenvolvimento global aumentaria 50% nos próximos três anos. Esses novos fundos, US\$ 5 bilhões a mais que o programa atual de US\$ 11 bilhões, serão voltados para as nações que estão investindo em saúde e educação para seu povo, lutando para ter um governo mais responsivo e mercados livres e combatendo a corrupção. O presidente Bush acredita que apoiar uma reforma político-econômica gradual é o uso mais eficaz e benéfico que poderíamos fazer de nossos dólares.

Um outro elemento importante nas relações econômicas entre os Estados Unidos e o hemisfério ocidental é a magnitude em que o dinheiro ganho nos Estados Unidos apóia as economias de nossos vizinhos. O censo norte-americano de 2000 estima que aproximadamente 15 milhões de pessoas que hoje vivem nos Estados Unidos são provenientes da América Latina e Caribe. De acordo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, as remessas de dinheiro dessas pessoas para seus países de origem chegam, em média, perto de US\$ 20 bilhões por ano. Além disso, estendemos a proteção temporária aos migrantes de vários países do hemisfério por razões humanitárias. Em alguns casos, as remessas correspondem a 10% ou mais da renda nacional desses países.

Tão importantes quanto a ajuda e as remessas, o comércio e os investimentos norte-americanos fazem essas quantias substanciais parecer ínfimas e são as fontes primárias de financiamento para o desenvolvimento do hemisfério. Os investimentos privados dos EUA na América Latina e Caribe somaram US\$ 270 bilhões no final de 2001, dos quais US\$ 18 bilhões eram novos investimentos. A maioria desses investimentos resulta não apenas em transferência de capital mas também de novas tecnologias, experiência administrativa, melhores condições de trabalho e melhores práticas de proteção ambiental. Ainda mais impressionante é o valor do comércio entre os Estados Unidos e seus vizinhos. Em 2001, exportamos US\$ 324 bilhões para países do hemisfério ocidental e importamos US\$ 416 bilhões deles.

MELHORANDO A VIDA DIÁRIA DAS PESSOAS

O comércio é muito mais que uma mera troca de mercadorias e dinheiro; o comércio gera empregos, reduz preços e melhora a vida diária das pessoas em todo o hemisfério. Todo mundo vive melhor quando a economia cresce e os preços ficam mais baixos, mas esses benefícios têm um impacto desproporcional sobre os mais pobres. Cerca de um terço dos latino-americanos vive com US\$ 2 por dia. Se uma pessoa puder economizar US\$ 2 na compra de roupas, ela terá poupado o salário de um dia e terá mais dinheiro para gastar com alimentação, moradia e educação.

Estudos do Banco Mundial mostram que as nações em desenvolvimento que participam do comércio

global podem expandir sua economia e reduzir a pobreza mais depressa do que as economias desenvolvidas, como os Estados Unidos, ou as economias em desenvolvimento que não participam do comércio internacional. Os países em desenvolvimento que abriram sua economia cortando tarifas e derrubando outras barreiras ao comércio cresceram a uma taxa anual per capita de 5% na década de 1990; os países em desenvolvimento que mantiveram sua economia fechada observaram um declínio anual per capita de 1%.

O impacto do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta) no México é um exemplo. Mais da metade dos 3,5 milhões de novos empregos criados no México desde 1995 tem ligação com o comércio. O Nafta também é uma das principais forças da modernização política que ocorre no país.

E o Chile, que estabeleceu o livre comércio com vários parceiros do hemisfério, reduziu seu índice de pobreza em mais da metade (de 45% para 21%) e seu índice de extrema pobreza em mais de 65%.

AJUDANDO NOVOS EMPREENDEDORES E PEQUENAS ECONOMIAS

Os maiores economistas da América Latina sabem que as importações são tão importantes quanto as exportações – o país que importa está crescendo, ganhando eficiência, gerando empregos e aumentando a produtividade; e o país que exporta mercadorias está à frente do que exporta pessoas. Ao mesmo tempo, reconhecemos que as nações do hemisfério se beneficiam com a ampliação de sua base industrial e diversificação de suas exportações.

Os Estados Unidos estão colaborando de diversas maneiras:

- O presidente Bush lutou muito para renovar a Lei Andina de Preferências Comerciais. A Lei de Comércio de 2002, que renovou e prorrogou a Lei Andina de Preferências Comerciais, dá preferência comercial a quase todas as exportações da Bolívia, Colômbia, Equador e Peru no mercado norte-americano, fornecendo-lhes alternativas ao comércio ilegal de drogas que está devastando sua economia e minando sua democracia.

- O governo Bush também está estendendo suas preferências comerciais a nossos vizinhos da América Central e Caribe por meio da Lei de Parceria Comercial com a Bacia do Caribe, que também foi renovada e prorrogada pela Lei de Comércio de 2002.

- A Lei de Comércio de 2002 também confirma tratamento preferencial para mais de 5.000 produtos de países em desenvolvimento que entram nos Estados Unidos sob o Sistema Generalizado de Preferências.

Os Estados Unidos comprometeram-se a levar em conta as diferenças de desenvolvimento e tamanho das economias que estão participando das negociações da Alca. Estamos abertos a um sistema flexível de concessões comerciais mútuas, incluindo diferentes prazos para eliminação de tarifas na Alca. Além disso, forneceremos assistência técnica efetiva e oportuna para os acordos da Alca e outros acordos de liberalização do comércio que estão em negociação. Na verdade, os Estados Unidos já estão fornecendo cerca de US\$ 50 milhões anuais em assistência comercial para a América Latina e o Caribe.

No comércio entre países de tamanhos diferentes, o país menor fica realmente com a maior parte dos benefícios. Barbados é um bom exemplo dessa dinâmica. De acordo com relatório recente da Organização Mundial do Comércio, Barbados “usou habilmente o comércio exterior e as oportunidades de investimento para manter seu padrão de vida bem acima do da maioria dos países em desenvolvimento... O governo considera que a abertura comercial... é crucial para superar qualquer restrição decorrente do tamanho da economia, de sua capacidade limitada de diversificar os riscos e de sua limitada capacidade institucional”.

EXPANDINDO O MAIOR MERCADO ABERTO DO MUNDO

Os Estados Unidos são a maior e mais antiga área de livre comércio do mundo desde o século 18. Nosso grande mercado e nossa sólida economia foram o pilar de nosso crescimento e prosperidade. Se o século 21 for realmente o “século das Américas”, como diz o presidente Bush, nós temos que conseguir nas Américas o mesmo fluxo livre de mercadorias e serviços que temos dentro dos Estados Unidos.

Os Estados Unidos já são o mercado mais aberto do mundo. No ano passado, importamos mais de US\$ 1 trilhão; grosso modo, um terço dessa quantia veio do hemisfério ocidental. O valor que coletamos das tarifas sobre nossas importações foi menos de 2% no ano passado. E poucas importações ficaram sujeitas a quotas ou outras barreiras não tarifárias. Mais de meio século de abertura crescente do mercado norte-americano para o resto do mundo resultou em benefícios importantes para a economia dos EUA e a economia global.

Queremos abrir nosso mercado ainda mais. Os Estados Unidos querem continuar discutindo a liberalização global na “Agenda de Desenvolvimento de Doha” da Organização Mundial do Comércio. Estamos pressionando para implementar a Área de Livre Comércio das Américas até janeiro de 2005. Esperamos fechar um Acordo de Livre Comércio com o Chile em breve e iniciar as negociações com a América Central no começo de 2003.

Atingir essas metas terá um impacto substancial. Em 2005, este hemisfério representará um mercado de US\$ 13 ou US\$ 14 trilhões. Se a Alca incentivar o crescimento desse mercado, mesmo que em pequena proporção – digamos, um aumento de 1% – produzirá US\$ 130 a US\$ 140 bilhões por ano em novas receitas para o hemisfério.

LIVRE COMÉRCIO E SOCIEDADE LIVRE

Aumento de receita não é o único benefício do livre comércio. Conforme mencionei anteriormente, o livre comércio tem efeitos que vão bem além da economia. Existe uma dinâmica virtuosa entre economia livre e sociedade livre.

- O crescimento decorrente do comércio proporciona aos governos mais recursos para lidar com problemas de acesso à educação e aos serviços de saúde, promover a proteção ambiental e reforçar o cumprimento da lei e a segurança.
- Ao incentivar as reformas econômicas baseadas no mercado e possibilitar maior abertura para as decisões econômicas, os acordos de livre comércio promovem a abertura política e a democracia.
- Ao quebrar monopólios e oligarquias que procuram manter seu *status quo*, o livre comércio incentiva a concorrência e a inovação na política e economia. O aumento da concorrência e dos investimentos e a diminuição das influências do governo e dos monopólios na economia eliminam as oportunidades de corrupção e proporcionam incentivos para reforçar o Estado de Direito.

O governo Bush reconhece o impacto grande e positivo do livre comércio. Sabemos que uma democracia não pode ter sucesso se o povo estiver faminto ou não tiver oportunidade para trabalhar e prosperar como seus vizinhos. Não há uma razão lógica para a América Latina não desfrutar da mesma prosperidade que nós desfrutamos nos Estados Unidos. Quando o presidente Bush chama o livre comércio de “imperativo moral”, ele quer dizer que o livre comércio é comprovadamente o melhor caminho para a eliminação da pobreza e a construção de um futuro melhor.

ESFORÇO CONJUNTO DOS PARCEIROS DO HEMISFÉRIO

A Alca está sendo conduzida pelos esforços conjuntos de todas as democracias do hemisfério. Trinta e quatro chefes de estado e governo democraticamente eleitos definiram, em 1994, o andamento para o início da Alca e continuam a dirigir o processo. Todos os países participaram da organização das negociações e se alternaram na liderança de grupos e comitês de negociação, reuniões de vice-ministros e reuniões ministeriais. Este ano os Estados Unidos assumirão, junto com

o Brasil, a liderança da fase final das negociações: implementação da Alca em janeiro de 2005 conforme determinado na Cúpula das Américas em Quebec, em 2001.

Com a aprovação, em agosto passado, da Lei de Comércio de 2002, o presidente Bush agora tem autoridade para perseguir nossas metas comerciais neste hemisfério com energia renovada e a credibilidade decorrente do apoio do Congresso.

Sei que existe a preocupação de que a Alca traga mudanças junto com os benefícios. Essa preocupação também é sentida dentro dos Estados Unidos. Mudar é sempre difícil, seja por causa das novas tecnologias, dos novos concorrentes ou das novas condições de comércio. Mas é preciso lembrar que a mudança é indispensável para o crescimento e o desenvolvimento; sem mudança, só há estagnação.

Há quinze anos, reinava no México um medo considerável do livre comércio com os Estados Unidos, medo de que o México fosse engolido e dominado por seu vizinho maior.

Mas os líderes mexicanos do governo e do setor privado tinham confiança em si mesmos e no povo, além de sabedoria para ver que a expansão do comércio era o caminho para a prosperidade. Esses líderes não deram atenção aos pessimistas que diziam que a intensificação do comércio com os Estados Unidos iria levá-los à dependência. Realmente, o efeito do grande aumento do comércio entre os dois países desde o Nafta foi exatamente o oposto da dependência – somos parceiros, trabalhando para atingir metas comuns e nos beneficiando dessa cooperação.

Acredito que nossos parceiros potenciais no resto do hemisfério ocidental desejam compartilhar do nosso sucesso, progresso e prosperidade dentro da Área de Livre Comércio das Américas.

❑ A ALCA: MAPEANDO O CAMINHO PARA O CRESCIMENTO E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICOS

Grant D. Aldonas, subsecretário de Comércio Internacional - Departamento de Comércio dos EUA

A implementação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) "é essencial na atual conjuntura da história e desenvolvimento do hemisfério ocidental", afirma o subsecretário de Comércio Internacional, Grant Aldonas. Além de aumentar a prosperidade econômica em todo o hemisfério, a Alca abrirá caminhos para iniciativas políticas e sociais de longo prazo que fortalecerão a democracia e a estabilidade regional.

Contudo, Aldonas adverte que a realização do pleno potencial da Alca exige que os negociadores trabalhem em áreas frequentemente abordadas de forma inadequada, que incluem a necessidade de forte Estado de Direito, instituições democráticas, judiciários independentes, agências reguladoras confiáveis, sistemas fidedignos de aplicação da lei e serviços bancários e sociais eficientes. Trata-se de "uma meta difícil", diz ele, mas consideramos que pode ser alcançada

Há mais de 150 anos, Jose Artigas, fundador do Uruguai, disse: "Os países da América do Sul estão inseparavelmente ligados por sua proximidade e interesses mútuos". O presidente George W. Bush, durante a Cúpula das Américas, em abril de 2001, ampliou esse ideal para englobar todo o hemisfério quando disse: "Temos um grande ideal diante de nós: um hemisfério totalmente democrático, ligado pela boa vontade e pelo livre comércio. Trata-se de uma meta difícil de ser alcançada. É também a oportunidade de toda uma vida. E é a responsabilidade que dividimos".

O presidente Bush está profundamente comprometido em garantir que todas as nações entendam os benefícios do livre comércio. Isso é particularmente verdadeiro para os países da América Latina. O governo está buscando com agressividade iniciativas regionais que ampliarão o comércio e o crescimento econômico, incluindo o Acordo de Livre Comércio EUA-Chile, a Lei

Andina de Preferências Comerciais e Erradicação de Drogas (ATPDEA, na sigla em inglês) e a Parceria para a Prosperidade EUA-México, assim como todas as discussões voltadas para um Acordo de Livre Comércio EUA-América Central. No entanto, a pedra fundamental da agenda da política comercial latino-americana do presidente Bush é garantir a criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

A ALCA: BENEFÍCIOS ECONÔMICOS E SOCIAIS

O comércio tem a capacidade de estimular nações e povos. O comércio mais livre resulta na ampliação das escolhas. Os consumidores beneficiam-se de preços mais baixos e acesso a uma maior variedade de produtos, assistência médica melhor e mais acessível e ampliação das oportunidades. Os trabalhadores beneficiam-se de novos empregos, quase sempre com melhores remunerações. E os agricultores obtêm acesso a novos mercados.

A Alca será o maior livre mercado do mundo, estendendo-se do Canadá ao Chile, representando mais de 800 milhões de pessoas e um produto interno bruto (PIB) conjunto de mais de US\$ 13 trilhões. A Alca promoverá não apenas o desenvolvimento econômico e a governança democrática entre nossos parceiros comerciais, ela também fortalecerá nossa economia interna – beneficiando os agricultores, empresários, trabalhadores e consumidores norte-americanos.

Os países do hemisfério estão trabalhando arduamente para concluir as negociações da Alca até janeiro de 2005 e implementar totalmente o acordo até o final desse ano. Uma vez aprovada, a Alca servirá como um incentivo para investimentos, inovações, eficiência e crescimento em toda a América Latina. Ela abrirá mercados, promoverá o livre comércio e nivelará as

condições de jogo para todos os signatários. Também ajudará a amortecer os choques provenientes dos ciclos econômicos e das mudanças políticas de cada país. As nações formarão laços mais estreitos à medida que suas economias se tornarem mais integradas e interdependentes, resultando potencialmente na mitigação das tensões políticas e em valores democráticos uniformes em todos os países.

Além disso, de acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano 2002 das Nações Unidas, os países que estão mais integrados à economia global têm sido os mais bem-sucedidos no combate à pobreza. Quando as negociações da Alca estiverem finalizadas em janeiro de 2005, as Américas serão um mercado de US\$ 13 trilhões. Um aumento de apenas 1% no crescimento produziria uma quantidade enorme de novas receitas, cerca de US\$ 130 bilhões.

DESAFIOS A SEREM SUPERADOS NA AMÉRICA LATINA

Os anos 1990 foram, sob muitos aspectos, benéficos para a América Latina: economias anteriormente fechadas foram abertas, acordos de comércio liberalizado proliferaram e os governos militares deram lugar a democracias florescentes. Líderes governamentais em toda a América Latina reconheceram que reformas do mercado, políticas e sociais facilitariam o crescimento econômico. As autoridades reduziram as barreiras tarifárias e não tarifárias, privatizaram setores estatais e buscaram a disciplina fiscal. Os resultados foram extremamente positivos. De acordo com a Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina, a inflação caiu, o PIB real cresceu (em comparação com o declínio da década de 1980), as exportações aumentaram, o investimento estrangeiro direto explodiu, os gastos públicos sociais aumentaram e a pobreza diminuiu.

Mas ainda há muito para ser feito. Muitos dos ganhos obtidos não conseguiram alcançar as camadas mais baixas da sociedade. Muitos moradores da região vivem abaixo do nível de pobreza, mesmo nos países latino-americanos mais ricos. Além disso, o número real de pessoas vivendo na pobreza está crescendo, e a diferença entre ricos e pobres está aumentando. Segundo o relatório de desenvolvimento de 2002 das Nações Unidas, o número real de pessoas que vivem na

pobreza na América Latina aumentou 3 milhões desde 1990, e esse número não leva em consideração os efeitos devastadores da atual crise econômica argentina.

Muitos moradores da região vivem e trabalham fora da economia formal de seu país. Hernando de Soto e o Instituto da Liberdade e Democracia, em Lima, no Peru, documentaram a incapacidade de muitas pessoas de baixa renda participarem como atores econômicos significativos nas economias de suas nações. Um dos maiores desafios que temos de enfrentar, e uma responsabilidade compartilhada por todos nós, é construir um amplo apoio para os acordos que liberalizam o comércio, como a Alca. Quando essa meta for alcançada e quando a Alca for aprovada, precisaremos trabalhar duro para garantir que os benefícios alcancem as pessoas marginalizadas e empobrecidas.

Como disse o presidente Bush, trata-se de uma meta difícil, mas consideramos que pode ser alcançada. A Alca é uma oportunidade de levar mais prosperidade econômica para a região e de apoiar iniciativas econômicas, sociais e políticas de longo prazo que facilitarão o crescimento e a democracia. Mas para conseguir isso, os governos precisam fazer mais do que apenas eliminar tarifas. Eles precisam trabalhar em áreas que têm sido quase sempre tratadas de modo inadequado. Precisamos garantir que as nações promovam o Estado de Direito e instituições democráticas, como judiciários independentes, agências reguladoras confiáveis, sistemas fidedignos de aplicação da lei e serviços bancários e sociais eficientes. Precisamos estimular órgãos reguladores transparentes, uma base sólida de poupança fiscal e previdenciária, responsabilidade fiscal, privatização, concorrência e melhorias na educação e na saúde. Nossos esforços, junto com os das outras nações do hemisfério, garantirão prosperidade e liberdade para todos os habitantes da região.

O governo Bush está desempenhando um papel ativo na construção de apoio para a Alca. Iniciativas regionais de expansão comercial como o Acordo de Livre Comércio EUA-Chile, a ATPDEA e discussões para um Acordo de Livre Comércio EUA-América Central estão construindo blocos que nos ajudarão a alcançar nossa meta de finalizar a Alca. Além disso, programas voltados

para o aprofundamento do desenvolvimento econômico, como a Parceria para Prosperidade EUA-México, que fomentará o crescimento econômico em áreas do México que foram deixadas para trás, e o Plano Puebla Panamá, uma iniciativa criada pelo presidente do México, Vicente Fox, e pelos países centro-americanos para trabalharem juntos com o intuito de solucionar problemas estruturais antigos, farão muito para construir o apoio para o processo.

INICIATIVAS ATUAIS E FUTURAS

Muitas agências do governo dos EUA estão envolvidas no apoio ao ideal do presidente Bush de criar a Alca. No Departamento de Comércio, também estamos fazendo nossa parte para respaldar as negociações da Alca e aumentar o comércio na região, em especial para as empresas dos EUA. Por exemplo, o secretário de Comércio, Don Evans, liderou uma missão comercial ao México em junho e recentemente anunciou que conduzirá uma delegação de desenvolvimento de negócios ao Peru e ao Chile em dezembro próximo. Como observou Evans: “O governo Bush está comprometido em aumentar o comércio com esses dois países e com toda a região latino-americana”. Além disso, no final deste ano, conduzirei uma missão de política comercial e de investimentos à América Central, e Bill Lash, secretário adjunto para Acesso a Mercados e

Conformidade, viajará ao Caribe para promover oportunidades de investimento do setor privado.

Além disso, continuaremos a administrar programas que promoverão uma maior integração na região, como o *Inter-American E-Business Fellowship Program*. Esse programa, uma iniciativa da Cúpula das Américas, reúne empresas norte-americanas com seus pares da América Latina e Caribe por um período de quatro semanas. Os empresários visitantes recebem treinamento prático relativo à utilização de tecnologias da informação para melhorar a eficiência e a produtividade e para aumentar sua base de clientes quando retornarem a seus países de origem. Também estão em andamento planos para expandir programas existentes para a América Latina, como o Programa de Boa Governança do Departamento de Comércio. Esse programa desenvolverá atividades conjuntas dos setores privado e público que promoverão transparência e equidade nas práticas governamentais e de negócio, que resultarão, por sua vez, no aumento do comércio e dos investimentos na região.

A implementação da Alca é essencial na atual conjuntura da história e desenvolvimento do hemisfério ocidental. Precisamos equilibrar os grandes benefícios do comércio com a necessidade abrangente de promover a democracia e a igualdade entre os povos. É uma meta difícil, mas estamos determinados a alcançá-la. Os Estados Unidos e todas as nações deste hemisfério removerão as barreiras e se colocarão acima de fronteiras para realizar seu grande potencial.

❑ CONSTRUINDO CAPACIDADE COMERCIAL NAS AMÉRICAS

Adolfo Franco, administrador adjunto, Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional

Ajudar as economias menores a atraírem o comércio e investimentos será fundamental para o sucesso da proposta da Área de Livre Comércio das Américas, diz Adolfo Franco, administrador adjunto para a América Latina e o Caribe da Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (Usaid). A agência planeja intensificar os programas existentes e lançar novas iniciativas para promover a integração econômica regional, as práticas leis de concorrência e as reformas jurídica e de regulamentação, bem como ajudar os países a lidarem com outras questões relacionadas com o comércio.

Embora o desenvolvimento de capacidade comercial no hemisfério seja uma tarefa desafiadora, afirma, a Usaid está bem posicionada para fortalecer o impacto de seus programas, criando alianças com parceiros dos setores público e privado da região.

As 34 democracias do hemisfério ocidental se comprometeram a concluir, até janeiro de 2005, um acordo que eliminará barreiras ao comércio e aos investimentos entre seus países. Uma vez fechado, esse acordo impulsionará o crescimento econômico, reduzirá a pobreza, estimulará a democracia, promoverá governos honestos e o aumento dos investimentos em saúde e educação. Na qualidade de principal agência de desenvolvimento dos EUA, a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional será um parceiro fundamental de seus pares em outros países no trabalho de apoio aos tipos de reformas que possibilitarão uma nova era de prosperidade na América Latina e Caribe.

Embora as nações da região tenham tido um bom progresso nos últimos anos, o crescimento econômico não pode ser considerado como algo dado na complexa economia global de hoje.

Muitos fatores devem ser levados em conta. Porém, como o Chile, o México e vários outros países têm demonstrado, as nações que adotam políticas fiscais sólidas e orientam suas economias para o comércio, para os investimentos estrangeiros e para o sistema com base em regras da Organização Mundial do Comércio (OMC) e do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta) conseguem registrar um forte desempenho.

A maior parte dos países tem vivido tempos difíceis desde os eventos de 11 de setembro de 2001. Os países que dependem muito do turismo foram afetados duramente. A crise do café também atingiu várias economias neste hemisfério.

Mas há boas notícias para os países da região. Em 6 de agosto, o presidente George Bush assinou a Lei do Comércio de 2002, que prevê maior garantia de que os Estados Unidos estão comprometidos com a conclusão das negociações da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) até janeiro de 2005.

O compromisso de criação da área de livre comércio do hemisfério foi selado na Cúpula das Américas de Miami em 1994 e confirmado por unanimidade na Cúpula de Quebec em abril de 2001. Em seu conjunto, a Alca representa um mercado potencial de US\$ 13 trilhões, formado por 34 países e mais de 800 milhões de pessoas.

Qualquer que seja o formato final do acordo da Alca, o resultado significará mais comércio, mais renda e mais empregos para os países da América Central, do Caribe e da América do Sul. Além disso, como demonstra a experiência do México com o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta), o acordo de livre comércio significará mais acesso ao mercado dos EUA e mais investimentos estrangeiros nesses países.

Ao assinar a Lei do Comércio de 2002, o presidente Bush fez uma ligação clara entre comércio e desenvolvimento. "O livre comércio é também uma estratégia comprovada para a construção da prosperidade global e para dar impulso à liberdade política. O comércio é o motor do crescimento econômico", afirmou. "Em nossa época, o comércio tem ajudado a tirar da pobreza milhões de pessoas, nações e regiões inteiras e conduzi-las para o caminho da prosperidade".

O secretário de Estado, Colin Powell, manifestou opinião semelhante na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável em Johannesburgo quando falou: "A ajuda oficial para o desenvolvimento por si só não é suficiente. Os países devem ser capazes de atrair o comércio e os investimentos, que respondem por 80% do dinheiro disponível para o desenvolvimento".

Ajudar os países a atrair comércio e investimentos é um aspecto fundamental dos programas da Usaid no hemisfério ocidental. Para tanto, os Estados Unidos gastaram mais de US\$ 150 milhões entre 1999 e 2001 com iniciativas relacionadas ao comércio na região. Cerca de 70% dessas verbas vieram da Usaid, e gastaremos mais de US\$ 53 milhões com esses programas neste ano. Esperamos aumentar essas verbas nos próximos anos.

Para fins deste artigo, gostaria de dividir nossas discussões sobre o comércio em três áreas geográficas: América Central, Região Andina e Caribe.

AMÉRICA CENTRAL

Em 1º de outubro, o representante de Comércio dos Estados Unidos, embaixador Robert Zoellick, notificou o Congresso norte-americano sobre a intenção do governo de iniciar negociações sobre livre comércio com cinco países centro-americanos: Costa Rica, El Salvador, Honduras, Guatemala e Nicarágua. Esse não é um mercado qualquer e um Acordo de Livre Comércio Centro-Americano (Cafta) certamente iria expandi-lo. Desde 1990, o comércio entre os cinco países e os Estados Unidos quase triplicou. Em 2001 chegou a mais de US\$ 12 bilhões – 43% do total da América Central.

A América Central deu grandes passos na sua política comercial nos últimos anos. Por exemplo, as alíquotas tarifárias médias na região caíram de 20% para 7% entre 1990 e 2000. Como resultado de melhor aplicação dos direitos de propriedade intelectual, maior reconhecimento dos direitos dos trabalhadores e maior cumprimento dos acordos comerciais multilaterais, os países centro-americanos se credenciaram para benefícios ampliados da Iniciativa da Bacia do Caribe, ao mesmo tempo em que continuaram credenciados para os benefícios do Sistema Generalizado de Preferências (SGP) em 2001.

Enquanto a maior parte dos créditos claramente pertence aos próprios países, o programa de assistência técnica relativa ao comércio da Usaid – conhecido pela sua sigla em espanhol Proalca – tem tido um papel positivo no processo. Lançado em 1995, o Proalca tem trabalhado para expandir o comércio inter-regional, por tarifas mais baixas, simplificação dos procedimentos aduaneiros e fortalecimento da integração econômica regional. O Proalca capacitou mais de 2.000 pessoas da América Central em questões comerciais apenas em 2001.

O Proalca se prepara agora para entrar em uma segunda fase com um novo programa de cinco anos no valor de US\$ 29 milhões. Uma de suas novas características é apoiar o Cafta. Além disso, o Proalca II continuará a promover políticas de abertura comercial e de investimentos e trabalhar para cumprir as regras da OMC, os direitos de propriedade intelectual, a eliminação de barreiras comerciais, resolução de controvérsias regionais, reforma aduaneira, trabalho e uma série de outras questões.

Ao mesmo tempo, a Usaid está preparando uma nova iniciativa relacionada com o comércio para o ano de 2003, chamada de Aliança para Oportunidades na América Central e México. Essa iniciativa faz parte de nosso plano geral para duplicar a programação para o crescimento econômico, agricultura e comércio com o México e a América Central. A meta dessa aliança é criar oportunidades de emprego e crescimento econômico, com enfoque especial nas áreas rurais que foram devastadas pela seca e pela crise regional do café.

Mais especificamente, a Aliança para Oportunidades ampliará nossos programas de assistência técnica relacionados ao comércio em quatro áreas:

- Promoção da integração econômica regional e redução de tarifas e de barreiras não tarifárias.
- Criação de um ambiente legal e regulatório apropriado para estimular o comércio e atrair investimentos por meio de reforma da lei do comércio, dos direitos da propriedade e da assistência para cumprimento dos contratos.
- Identificação de novas oportunidades para negócios e capacitação de empreendedores rurais e para promover a adequação da produção aos mercados regionais e internacionais.
- Lançamento de um novo programa regional do café que trabalhe com os produtores locais para o aperfeiçoamento da qualidade do café, comercialização competitiva, desenvolvimento empresarial e diversificação.

REGIÃO ANDINA

A Lei do Comércio de 2002 renovou os benefícios da Lei de Preferência Comercial para a Região Andina (ATPA), legislação que deu à Bolívia, Colômbia, Equador e Peru acesso a mercados nos Estados Unidos. Os benefícios tinham expirado em dezembro de 2001. A nova legislação permite que produtos como flores ornamentais e certos têxteis dos países andinos entrem nos Estados Unidos sem impostos.

A Usaid tem trabalhado com os países andinos por muitos anos, com vistas a libertá-los da economia da droga. Ninguém deve ter ilusões que isso seja fácil. O desenvolvimento de novos produtos e mercados leva tempo, particularmente para as pessoas que vivem em áreas rurais isoladas, onde a autoridade do governo nem sempre é forte. Mas os Estados andinos têm progredido, e a Usaid pretende aproveitar os avanços para promover um programa novo e mais amplo de assistência técnica no ano de 2003.

Os principais elementos desse programa são:

- Criação de um novo fundo de investimentos andino que forneça capital e assistência às pequenas e médias empresas. A Usaid contribuirá com US\$ 3 milhões em 2002-2003 para esse fundo e esperamos que pelo menos igual quantia venha do setor privado e de outros doadores.
- Expansão da capacidade comercial regional; construção do apoio público e privado à Alca, por meio do fortalecimento da capacidade institucional para promover concorrência honesta e defesa do consumidor; implementação das regras da OMC em setores-chave definidos pelos próprios países, como as medidas sanitárias e fitossanitárias (SPS) e direitos da propriedade intelectual. Dedicaremos pelo menos US\$ 1 milhão por ano em 2002 e 2003 para esse programa regional.
- Aperfeiçoamento do desenvolvimento empresarial e das atividades da concorrência, como o Programa para as Cidades Secundárias do Peru, que liga os empreendimentos rurais e os agricultores aos mercados locais, regionais e internacionais. A Usaid planeja gastar mais de US\$ 13 milhões nessas atividades neste ano.

CARIBE

A Usaid está buscando aperfeiçoar seus programas relacionados com o comércio na Jamaica e na República Dominicana, expandir as atividades da Terceira Iniciativa de Fronteira e ajudar os 15 países da Comunidade e Mercado Comum do Caribe (Caricom) a se prepararem para a Alca. Há motivos para se pensar que a Alca pode ser mais importante para os países do Caribe, com suas pequenas economias e estreitos laços com o mercado norte-americano, do que qualquer outra parte do hemisfério.

Embora a iniciativa tenha sido iniciada com subvenção relativamente modesta -- US\$ 1,5 milhão em Fundos de Apoio Econômico nos anos de 2002 e 2003 --, acreditamos que os benefícios potenciais possam ser bastante grandes. Entre as principais metas destacam-se:

- Engajar e educar as empresas caribenhas sobre as oportunidades da Alca.

- Apoiar a reforma regulatória do setor das telecomunicações, com a finalidade de baixar os custos para consumidores e empresas.
- Fornecer assistência especializada sobre o cumprimento das regras da OMC em áreas como serviços e medidas SPS.

No ano de 2004, a Usaid planeja aumentar as verbas para programas da região. Isso nos permite dedicar novos recursos para:

- Estimular a concorrência e cooperação pública/privada para remover barreiras comerciais e buscar áreas de vantagem econômica.
- Fornecer assistência técnica a pequenas e médias empresas para produtos, controle de qualidade e comercialização.

Além disso, as missões da Usaid em países como a Bolívia, a República Dominicana e Honduras desenvolveram seus próprios programas de capacitação em comércio. Em geral, esses programas enfocam questões "por trás da fronteira", como a reforma das políticas comerciais e a concorrência.

A Usaid tem trabalhado arduamente para oferecer a nossos parceiros na América Latina e Caribe programas pragmáticos e eficientes relacionados com o comércio que os ajudam a aperfeiçoar seu clima comercial e concorrer na economia global. Mas não é hora de sermos complacentes. Por nossa parte, nós da Usaid estamos prontos para ajudar em todas as maneiras que pudermos.

COMENTÁRIOS

❑ BRASIL E ESTADOS UNIDOS: SUPERANDO OBSTÁCULOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DA ALCA

Rubens Barbosa, embaixador do Brasil para os Estados Unidos

A implementação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) gerará não apenas novas oportunidades comerciais, mas também ganhos substanciais em termos de desenvolvimento, tecnologia, economia, bem-estar social e política em todo o hemisfério, diz Rubens Barbosa, embaixador do Brasil para os Estados Unidos. Como co-presidente para o estágio final das negociações sobre a Alca, junto com os Estados Unidos, o Brasil compartilhará a responsabilidade de ajudar a definir as questões mais importantes. O embaixador expressa a preocupação de que os impasses nas questões relacionadas com os subsídios agrícolas e as medidas comerciais reparatórias nas conversações com a Organização Mundial do Comércio possa atrasar a implementação da Alca.

O processo de negociação da Área de Livre Comércio das Américas entrará em seu estágio final nos próximos meses, quando 34 países começarão a discutir em detalhes a liberalização do comércio por meio da redução de tarifas, incluindo as de pico, e a eliminação de barreiras comerciais não-tarifárias.

O Brasil quer que o acordo da Alca seja um marco que defina novos padrões comerciais no hemisfério de maneira equilibrada e justa.

Isso significa que ele contribuirá para promover e fortalecer nossos valores e metas mais comuns, bem como um maior senso de parceria e coerência. A Alca deverá ajudar a reduzir as disparidades existentes dentro e entre os países, assim como em toda a região.

O objetivo final do processo não é o livre comércio em si, mas os ganhos que, acreditamos, a Alca

poderá ajudar a gerar nas áreas de desenvolvimento, tecnologia, economia, bem-estar social e política.

Esses benefícios não surgirão automaticamente nem como um corolário inevitável da liberalização do comércio, mas exigirão um processo equilibrado e equitativo de dar e receber.

As atuais circunstâncias demonstram claramente a necessidade de melhorar o acesso aos mercados para todos os países da América Latina, que é o melhor meio de evitar crises financeiras periódicas e superar as dificuldades relativas às avaliações do mercado de capitais.

O Brasil tem sido um participante ativo no processo de negociação para o estabelecimento da Alca. O governo brasileiro vem acompanhando essas negociações com total seriedade desde que a iniciativa foi apresentada e compartilha do desejo de implementá-la até 2005.

Desde o início das negociações, os principais objetivos do Brasil foram: acesso aos mercados, reciprocidade e resultados equilibrados no final do processo da Alca.

Mas para conseguir um acordo equilibrado, justo e viável temos que ter em mente que a redução ou eliminação das tarifas não é o único — e às vezes nem mesmo o mais importante — passo para o livre comércio. Acabar com os subsídios desleais à produção agrícola e com a aplicação abusiva de mecanismos comerciais reparatórios é tão necessário quanto a redução das tarifas para que o comércio e o progresso floresçam na região.

AS QUESTÕES

No começo de novembro, Brasil e Estados Unidos serão co-presidentes da Alca durante o estágio final das negociações e terão a responsabilidade de enfrentar os desafios existentes, bem como aqueles que surgirem durante esse período, quando ocorrerá a definição de regras comerciais complexas e a concessão de acesso a mercados.

Para participar desse processo complexo e delicado, é necessário que todo signatário tenha um mandato para negociar todas as questões comerciais que estiverem em pauta. Nesse sentido, a recente aprovação, pelo Congresso dos EUA, da Autoridade de Promoção Comercial (TPA) para o presidente foi um acontecimento positivo que permitiu aos Estados Unidos participar integralmente do processo e dar ímpeto às negociações multilaterais e hemisféricas.

Entretanto, a TPA é meramente uma pré-condição para que as negociações possam prosseguir; ela não é, de forma alguma, uma fórmula para superar os obstáculos mais importantes que precisarão ser discutidos para que as negociações sejam concluídas até janeiro de 2005. Por causa da redação restritiva que contém em determinadas áreas-chave, a TPA aprovada pode limitar a capacidade de negociação dos EUA e retardar por tempo excessivo a liberalização do comércio para diversos produtos sensíveis.

Chegar a um consenso, durante as negociações, sobre os métodos e modalidades a serem aplicados para eliminar as tarifas agrícolas e de acesso aos mercados e definir a estrutura do capítulo de serviços estão entre as questões cruciais — assim como as medidas comerciais reparatórias e as normas disciplinares de apoio à agricultura — que terão que ser resolvidas para que possamos concluir, até 2005, um acordo para todo o hemisfério.

COMPARTILHANDO BENEFÍCIOS

O Brasil reconhece que várias das dificuldades desse processo estão relacionadas com as assimetrias econômicas entre os países americanos e que a implementação da Alca exigirá que se levem em conta as necessidades das economias menores, tanto durante quanto após as negociações.

No entanto, ele é contrário ao espírito e objetivo final de adotar regras e normas disciplinares que acabarão permitindo que a Alca se torne uma simples coleção de entendimentos bilaterais em vez de um acordo abrangente, construído para a aplicação dos princípios das nações mais favorecidas em toda a região.

Em vista de nossas metas de negociação comercial, permitir que uma “abordagem bilateral” prevaleça como regra geral resultaria em discriminação entre os parceiros preferenciais, o que, por sua vez, resultaria no desvio artificial dos fluxos de comércio e investimento dentro do hemisfério.

Portanto, nós insistimos que todos os participantes devem compartilhar os benefícios do livre comércio de forma equitativa, que a liberalização deve ser recíproca e que deve levar à atenuação — e não ao agravamento — das disparidades existentes em nossa região.

Para o Brasil, conforme declaração do presidente Fernando Henrique Cardoso em discurso realizado na Cúpula de Quebec, “A ALCA será bem-vinda se sua criação for um passo para dar acesso aos mercados mais dinâmicos; se efetivamente for o caminho para regras compartilhadas sobre antidumping; se reduzir as barreiras não-tarifárias; se evitar a distorção protecionista das boas regras sanitárias; se, ao proteger a propriedade intelectual, promover, ao mesmo tempo, a capacidade tecnológica de nossos povos. E, ademais, se for além da Rodada Uruguai e corrigir as assimetrias então cristalizadas, sobretudo na área agrícola. Não sendo assim, seria irrelevante ou, na pior das hipóteses, indesejável”.

NECESSIDADE DE COMPROMISSO

A negociação simultânea de um acordo de livre comércio hemisférico e a Rodada de Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC) certamente representam um desafio para os co-presidentes das negociações da Alca. É verdade que regras multilaterais estabelecem a estrutura dentro da qual os acordos de comércio regionais ou bilaterais são negociados. Também é verdade que alguns dos tópicos mais “polêmicos” são igualmente controversos na arena multilateral. Assim, esses dois processos inevitavelmente estarão entrelaçados até 2005.

Não tenho — e realmente duvido que alguém tenha — uma resposta fácil para todas essas hipóteses. Esperamos que o espírito de compromisso prevaleça, de modo que um comércio mais livre e justo para todos possa ser implementado com base nos avanços negociados. O Brasil fará sua parte, junto com nossos parceiros do Mercosul, e os Estados Unidos certamente farão sua parte, conforme ficou claro com a proposta agrícola pioneira apresentada em julho passado na OMC.

Mas é preciso reconhecer que os impasses nas negociações multilaterais, principalmente no que se refere à agricultura, subsídios e medidas comerciais reparatórias, poderiam pôr em risco a conclusão das negociações hemisféricas dentro do prazo acordado quando se leva em consideração o princípio do empreendimento único (*single undertaking*) em ambas as negociações.

Uma outra questão crucial para a conclusão da Alca depende da negociação simultânea das iniciativas em andamento e de novas iniciativas comerciais entre os parceiros do hemisfério. Embora as iniciativas que visam fornecer melhores condições de acesso a mercados dentro da região devam ser totalmente apoiadas, há o risco potencial de dissipação dos esforços de negociação para conclusão da Alca, uma vez que nossos parceiros atingiram seus principais objetivos comerciais através de outros foros de negociação.

PRIORIDADES DE LONGO PRAZO

A Alca constitui apenas uma parte da agenda de negociação comercial do Brasil no hemisfério, cuja peça central é a construção do Mercado Comum do Cone Sul, Mercosul.

O Mercosul foi afetado pela crise econômica e financeira que está ocorrendo em todos os seus países membros, gerando dúvidas sobre sua sobrevivência.

Para o Brasil, no entanto, a crise atual representa uma oportunidade inestimável para rever nossa agenda de integração econômica. Qualquer avaliação objetiva da situação atual indicaria claramente a grande interação que já existe e o grau em que as economias da região afetam umas as outras. Nossas circunstâncias geográficas, bem como nossas características comuns em termos de valores, objetivos e até mesmo culturas, indicam a

necessidade de aumentar a cooperação e a integração. Contudo, estamos cientes de que, para continuar evoluindo, temos que definir nossa agenda comercial de forma realista, dentro de prazos novos e viáveis, para que possamos atingir nossa meta de construir um mercado comum.

Os detalhes específicos da futura posição do Brasil no Mercosul e Alca obviamente dependerão dos resultados das eleições de outubro de 2002. Todos os candidatos, embora propondo uma posição mais assertiva nas negociações, demonstraram intenção de prosseguir com o processo de negociação.

Mas uma olhada retrospectiva em nossos compromissos e realizações nesses dois cenários de negociação pode dar uma idéia das principais diretrizes de política comercial do Brasil que, com toda possibilidade, serão mantidas pelo governo do próximo presidente, quem quer que seja ele. Essas prioridades de longo prazo visam aumentar o acesso a mercados para nossas principais exportações e melhorar nossa competitividade na economia internacional por meio da integração econômica.

Estamos cientes de que a criação da Alca envolverá custos similares aos de todos os processos de integração e liberalização do comércio. Mas, se for feito um acordo equilibrado e justo, seus benefícios claramente excederão os custos. É por isso que nosso compromisso com essas negociações permanece firme e forte desde sua criação pelos chefes de Estado durante a Cúpula das Américas em Miami, em 1994.

O Brasil acredita que os valores fundamentais — como o fortalecimento da democracia, a proteção dos direitos humanos, a proteção do meio ambiente e a luta contra a pobreza, a discriminação e o crime organizado — devem ser colocados no centro de qualquer processo de integração significativo no hemisfério.

O Brasil e os Estados Unidos têm um papel a exercer nesse processo, que deve ser a base para o progresso e o crescimento sustentado de todos os países da região.

As opiniões expressas neste artigo não refletem necessariamente a posição nem as políticas do Departamento de Estado dos Estados Unidos

❑ O MÉXICO E A ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO DAS AMÉRICAS

Luis Ernesto Derbez, ministro da Economia do México

Desde meados dos anos 80, o México vem empreendendo profundas reformas econômicas e jurídicas que beneficiaram suas políticas comerciais, de investimentos e financeiras propiciando estabilidade macroeconômica e suporte para um desenvolvimento sustentável no longo prazo, diz Luis Ernesto Derbez, ministro da Economia do México.

Essas reformas, segundo ele, transformaram o México em uma das poucas economias emergentes que oferecem um ambiente estável para empreendimentos apesar das incertezas econômicas atuais em quase todo o mundo.

Neste artigo, Derbez apresenta uma visão geral da integração do México à economia mundial e os resultados mais significativos da sua rede de acordos de livre comércio. Ele também destaca o compromisso do México em trabalhar para o sucesso da Área de Livre Comércio das Américas, enfatizando sua importância para o crescimento, geração de empregos e elevação do padrão de vida de todos os países da região.

O México está firmemente comprometido com a liberalização econômica. Nos últimos 16 anos, o país fez uma transição dramática partindo de uma economia relativamente fechada para tornar-se um dos países com economia mais aberta do mundo. O México deixou de controlar os preços e incentivou a concorrência por meio da reforma dos regulamentos e eliminação de barreiras artificiais às importações. Além disso, abandonou o modelo fechado de substituição de importação de desenvolvimento industrial e adotou o crescimento liderado pela exportação.

Depois de uma redução unilateral inicial de tarifas e eliminação de licenças para importação, em 1986, o México ingressou no Acordo Geral de Tarifas e Comércio (hoje, Organização Mundial do Comércio, OMC), seguindo, desde então, políticas

de livre mercado com grande determinação e comprometimento, e envolvendo-se de maneira ativa nas negociações comerciais em âmbito multilateral, regional e bilateral.

O México ingressou no Fórum para Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (Apec) em 1993, e tornou-se membro da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), em 1994. O país implementou 10 acordos de livre comércio (ALCs) e um acordo de complementação econômica envolvendo 32 países em três continentes. Esses acordos contribuíram de maneira significativa para nossa integração na economia mundial e para o desempenho dinâmico de nossa exportação.

O México está sediando e presidindo a Apec durante 2002 e também sediará a 5ª Conferência Ministerial da OMC, em 2003, em Cancun. Além disso, o país sediará o último estágio do processo de negociações da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), de março de 2003 até sua conclusão, prevista para 2005.

REDE DE ACORDOS DE LIVRE COMÉRCIO DO MÉXICO

Os ALCs do México são elementos fundamentais de sua estratégia econômica para aumentar sua competitividade global e assegurar crescimento no longo prazo.

O país negociou 10 ALCs: com: o Chile (1992); os EUA e Canadá, o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta) (1994); a Bolívia (1995); a Costa Rica (1995); a Colômbia e Venezuela (G-3, 1995); a Nicarágua (1998); Israel (2000) e a União Européia (2000); a Islândia, Noruega, Liechtenstein e Suíça (EFTA, 2001); e a Guatemala, Honduras e El Salvador (Triângulo do Norte, 2001).

Desde a implementação dos acordos, o comércio bilateral com o Chile aumentou em 702%, com a

Bolívia 22%, com a Colômbia 103%, com a Costa Rica 566%, com a Venezuela 130% e com a Nicarágua 78%.

O Acordo de Livre Comércio entre o México e a União Européia criou a primeira área de livre comércio entre a Europa e o Continente Americano. No decorrer dos primeiros 18 meses da vigência do ALC, o comércio total entre México e UE cresceu 28,6%.

Os ALCs também provaram ser um instrumento crucial para minimizar os efeitos negativos de circunstâncias internacionais adversas como a queda acentuada dos preços do petróleo, a redução do fluxo de capitais e o declínio econômico mundial.

DESEMPENHO COMERCIAL E DE INVESTIMENTOS DO MÉXICO

As medidas de liberalização comercial do México e sua rede de acordos de livre comércio e de investimentos deram uma importante contribuição ao nosso desenvolvimento econômico de longo prazo. Há dez anos, poucos poderiam imaginar que o México se tornaria a sétima nação na liderança comercial e a primeira da América Latina, com 46% das exportações e 47% das importações da região.

Em 2001, apesar do declínio econômico global e dos ataques terroristas de 11 de setembro, o comércio exterior do México ultrapassou US\$ 326 bilhões. Os quase US\$ 159 bilhões em exportações registrados no ano passado mais que triplicaram o valor exportado em 1993.

Nossas políticas de mercado e a rede de acordos de livre comércio tornaram o México um dos países mais atraentes para investimentos internos e investimentos estrangeiros diretos (IED). Desde que o Nafta entrou em vigor, em 1994, o México recebeu mais de US\$ 112 bilhões em IED. Esses investimentos representam uma média anual de quase US\$ 14 bilhões, mais do que o triplo do valor anual recebido nos seis anos anteriores ao Nafta. Podemos afirmar que esses aumentos drásticos dos investimentos diretos estrangeiros se devem, em grande parte, ao estabelecimento de uma estrutura legal que confere confiança e transparência às transações comerciais.

Os investimentos contribuem para o aumento da produtividade que, por sua vez, resulta em salários mais altos. Nos últimos sete anos, os empregos em empresas com IED aumentaram duas vezes mais rápido do que a média nacional. As empresas com IED geraram um em cada três novos empregos desde 1994 e atualmente detêm mais de 20% da população empregada.

As políticas de liberalização comercial também têm ajudado o México a diversificar sua base de exportação no âmbito setorial e regional. No início dos anos de 1980, o petróleo e seus derivados representavam a maior parte das nossas exportações. Hoje, cerca de 90% das nossas vendas externas são produtos manufaturados.

Os benefícios da liberalização comercial estão se disseminando pelo país. No passado, nosso potencial de exportação limitava-se às nossas fronteiras do norte. Hoje, quase todo o Estado do México participa das atividades de exportação. Na verdade, mais da metade das novas *maquiladoras* estabelecidas no México a partir de 1994, estão localizadas fora da região fronteiriça.

Essa diversificação é importante porque trás mais empregos para a população, e não o contrário. Ela também provoca maior impacto nas comunidades onde as atividades se estabelecem.

ACORDO DE LIVRE COMÉRCIO DA AMÉRICA DO NORTE E MÉXICO

O Nafta, que eliminou muitas restrições sobre o fluxo de bens, serviços e investimentos tem sido um instrumento decisivo na integração da economia dos EUA e do México. Os dois países compartilham o segundo maior relacionamento comercial bilateral do mundo. Também compartilhamos uma extensa fronteira onde milhões de cidadãos de ambos os lados vivem, trabalham e interagem entre si. Essa realidade se reflete na integração social e econômica que experimentamos hoje e que se fortalecerá no futuro.

Por meio do Nafta, o México consolidou sua posição de segundo maior parceiro comercial dos Estados Unidos. Em 2001, o comércio bilateral

ultrapassou US\$ 245 bilhões -- uma elevação próxima de 188%, desde 1993. Na média, EUA e México negociam mais de US\$ 1,7 bilhão por dia. O comércio dos EUA com o México cresceu mais rápido do que com qualquer outro grande parceiro norte-americano, incluindo a China, Alemanha, Coréia e o Reino Unido. As exportações do país para os EUA cresceram duas vezes mais rápido do que as exportações de outras partes do mundo. Como resultado, o México elevou sua participação no total das importações dos EUA de 6,8%, em 1993, para 12%, em maio de 2002.

Nosso comércio com o Canadá elevou-se de US\$ 4 bilhões para US\$ 12 bilhões em oito anos e, o mais importante, nos tornamos o quarto maior fornecedor do Canadá e o primeiro da América Latina.

Mas além dos dados comerciais, vemos a grande vantagem do Nafta em termos de sua contribuição para a geração de empregos e desenvolvimento econômico. As empresas em âmbito mundial cada vez mais vêem o México como parte do mercado norte-americano. Por essa razão, seus investimentos são semelhantes aos feitos no Canadá e nos EUA. A atração do México para investimentos resulta, em grande parte, da força de trabalho qualificada e abundante, jovem e com comprovada capacidade para aprender novos processos de produção.

O investimento estrangeiro direto contribuiu para o *boom* regional de *joint ventures* em setores como o automotivo, eletrônico e têxtil. Cada vez mais as empresas se consideram norte-americanas porque sua fonte e destino são o mercado norte-americano, o que aumenta a competitividade de seus produtos em âmbito mundial.

LIVRE COMÉRCIO DAS AMÉRICAS

A Alca é o instrumento comercial mais ambicioso já negociado, tanto em termos de conteúdo como em número de países participantes. Depois de concluído, esse acordo compreenderá a maior área de livre comércio do mundo englobando 34 democracias e abrangendo 800 milhões de pessoas.

Em 2001, mais de 80% do comércio total do México foi realizado com economias do hemisfério ocidental -- 95% das exportações foram comercializadas dentro da região do Nafta

enquanto 78% das importações vieram dessas mesmas economias.

O México está inteiramente comprometido com o sucesso da Alca. Desde seu início, em 1994, o país esteve intensamente engajado nas negociações. Na verdade, o México participou ativamente de todas as mais de 300 reuniões, em todos os níveis, e presidiu vários grupos de negociação.

Mesmo já tendo acordos com 12 países do continente americano, a Alca é extremamente atraente para o país, uma vez que criará uma rede mais abrangente para nosso relacionamento com os países do hemisfério, permitindo-nos diversificar nossos mercados.

O comércio com regiões ou países com os quais o México não celebrou um ALC -- como o Mercosul ou Caricom (a Comunidade Caribenha) -- possuem um grande potencial para expansão não apenas do intercâmbio de bens, mas também do fluxo comercial de serviços e investimentos. A Alca possibilitará uma maior integração das empresas de pequeno e médio porte com os padrões comerciais regionais possibilitando-lhes acesso mais fácil a nichos específicos de mercado.

Um aspecto fundamental do processo da Alca é a interação entre os governos e a sociedade civil. O México, atento à necessidade de consultar a sociedade civil para a formulação da política comercial, em 18 de julho de 2002, organizou o Seminário Regional da América do Norte sobre a Alca, para reforçar a troca de opiniões entre governo e sociedade civil no Canadá, México e EUA. O seminário -- o primeiro desse tipo em nosso hemisfério -- é apenas um dos vários mecanismos pelos quais o governo mexicano consulta diferentes segmentos da sociedade com o objetivo de criar consenso para sua participação nas negociações da Alca.

Em um caminho paralelo, a comunidade empresarial mexicana vem participando ativamente do Fórum Empresarial das Américas, que oferece aos representantes do setor privado a oportunidade de formular recomendações aos ministros de Comércio da Alca.

O México atualmente se prepara para sediar o processo de negociações da Alca, de 1º de março de 2003 até início de 2005. O local será o Centro

de Convenções da cidade de Puebla -- 80 milhas ao leste do aeroporto da Cidade do México.

ALCA: BENEFÍCIOS E METAS

No centro das Américas e fazendo parte da Bacia do Pacífico e da Bacia do Atlântico, o México -- único país no mundo com acesso preferencial aos maiores mercados do mundo (EUA e União Européia) e às economias emergentes da América Latina -- está se tornando o portal natural para o comércio entre Norte, Sul, Leste e Oeste.

O México deseja compartilhar sua experiência e utilizar seu relacionamento privilegiado com os parceiros das Américas para construir um grande consenso nas arenas econômicas multilaterais como a OMC e, acima de tudo, na nossa iniciativa comercial regional principal, a Alca.

Estou convencido de que a Alca ajudará os países do hemisfério ocidental a aumentar e diversificar investimentos e fluxos comerciais, fortalecer a produtividade e a competitividade das nossas indústrias e a criar empregos mais bem pagos e melhores.

O México tem sido um defensor atuante das negociações da Alca e agora, como anfitrião do último estágio do processo de negociações da Alca, compromete-se a contribuir para a celebração de um acordo abrangente e equilibrado para todos os países.

A meta mais importante deve ser a elevação do padrão de vida nos continentes americanos. A Alca será um grande passo nessa direção.

As opiniões expressas neste artigo não refletem necessariamente a posição nem as políticas do governo dos Estados Unidos.

□ DESAFIOS À ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO DAS AMÉRICAS

Jeffrey J. Schott, membro senior do Instituto de Economia Internacional

Sinais de recuperação econômica na América Latina, o lançamento de novas conversações da Organização Mundial do Comércio (OMC) e outros desdobramentos recentes são motivo para um “otimismo frágil” quanto ao futuro das conversações da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), diz o economista Jeffrey Schott. Embora reconheça que crises financeiras e políticas regionais, preocupações com o compromisso dos EUA de suspender barreiras comerciais e taxas apáticas de crescimento econômico contribuam para o pessimismo em relação à Alca, Schott observa que a crítica generalizada de outras conversações comerciais ambiciosas – incluindo as do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) – acabaram se mostrando equivocadas. No caso da Alca, ele diz, muito depende da saúde da economia brasileira e da vontade política das principais nações comerciais para construir um regime de livre comércio que beneficie a todos.

Em 1989, Lester Thurow, conhecido economista do Instituto de Tecnologia de Massachusetts, declarou: “o GATT está morto”. As conversações comerciais perderam o rumo, e as principais potências comerciais aparentemente não estavam dispostas a tratar das barreiras mais significativas que protegem seus mercados internos. No entanto, quatro anos depois a profecia de Thurow foi esquecida, e a Rodada Uruguaí das negociações do GATT foi concluída com sucesso.

Em 2002, críticas como as de Thurow agora se voltam para outra negociação comercial, o ambicioso empreendimento de países bastante diferentes das Américas do Norte e do Sul com vistas à criação de uma Área de Livre Comércio das Américas. Os líderes de governo comprometeram-se durante a Cúpula das Américas de Miami, em dezembro de 1994, a negociarem um acordo hemisférico de livre comércio até 2005. Após três anos de preparativos, a Cúpula de Santiago, em abril 1998, lançou formalmente as

negociações. Os líderes do continente reafirmaram então seu mandato durante a Cúpula de Quebec, logo depois que o presidente George Bush assumiu a presidência.

Hoje, a iniciativa da Alca tem quase oito anos. Foram realizadas muitas reuniões, mas pouco se avançou na tarefa principal de eliminar as restrições ao comércio de bens e serviços que bloqueiam o acesso aos mercados estrangeiros. Na verdade, essas conversações apenas começaram. Muitos países parecem ocupados com ações internacionais prementes contra o terrorismo, bem como por problemas econômicos e políticos internos. Não é de surpreender, portanto, que tenham sido levantadas dúvidas quanto aos governos poderem cumprir as ambiciosas promessas feitas durante a cúpula — ou mesmo se ainda querem cumpri-las.

As negociações da Alca tiveram uma história de pouca sorte. Todas as reuniões de cúpula foram seguidas de sérias crises financeiras na região, o que levantou dúvida sobre a viabilidade das conversações da Alca. A Cúpula de Miami foi seguida quase imediatamente pelo colapso do peso mexicano; o otimismo da Cúpula de Santiago dissipou-se meses depois devido à crise financeira brasileira de 1998-1999; e a Cúpula de Quebec foi logo ofuscada pela crise da Argentina, ainda em desdobramento. Cada uma dessas crises pôs à prova a determinação de cada país de manter reformas internas e perseguir iniciativas de integração regional. Na maioria dos casos, os países tenderam a reforçar suas reformas econômicas, ao invés de reduzi-las, embora a Argentina e a Venezuela tenham criado algumas barreiras comerciais e outros países tenham atrasado seus programas de privatização.

PERSPECTIVAS DAS NEGOCIAÇÕES

Sem dúvida, os atuais problemas econômicos e políticos no hemisfério são mais complexos e preocupantes do que as crises localizadas da década passada. A crise argentina, a estagnação

econômica na região, a instabilidade política na região andina, a insurreição armada na Colômbia e a violência relacionada com as drogas na Bacia do Caribe causam grandes preocupações quanto à participação latino-americana na Alca. Ao mesmo tempo, novos subsídios agrícolas e restrições às importações de aço causam dúvidas sobre quais países latino-americanos de fato podem se beneficiar do acordo comercial. Se os governos não enfrentarem de modo adequado esses atuais problemas, eles podem perder o apoio popular para continuarem a perseguir os benefícios de longo prazo do acordo de livre comércio.

Quais são as perspectivas para as negociações da Alca? À medida que as autoridades comerciais se preparam para o próximo encontro ministerial da Alca, em Quito, em 1º de novembro de 2002, o otimismo descomedido da Cúpula de Quebec parece ter sido substituído por um pessimismo imoderado. Essa mudança de ânimo reflete três grandes preocupações sobre o processo da Alca:

- O crescimento econômico será suficiente para manter o apoio popular ao comércio e a outras reformas econômicas? Para colocar a questão em termos mais simples: um crescimento reduzido significa uma fatia econômica menor para dividir entre os eleitorados de cada país; trabalhadores e empresas enfrentam ajustes severos; e receitas menores são geradas para financiar programas relacionados com a rede de proteção social. Desde o *boom* relativo de 2000, quando o crescimento econômico na América Latina e Caribe atingiu 4% em média, a região sofreu as conseqüências de dois anos de estagnação e o aumento do desemprego. A Argentina enfrenta uma depressão econômica de magnitude vista recentemente somente nas economias de transição da ex-União Soviética. Apesar dos altos preços do petróleo, a economia da Venezuela está em recessão e provavelmente encolherá cerca de 5% este ano. A maioria dos outros países está no azul mas o crescimento é anêmico – em especial nas duas maiores economias, Brasil e México, que têm sido golpeadas pelos declínios econômicos de seus vizinhos..

- Os atuais conflitos políticos na Argentina e na região andina vão corroer o apoio para novas reformas comerciais – ou, pior, serão tão destrutivos a ponto de causar uma onda de “Estados falidos” e conseqüentemente incapazes

de participar de um acordo hemisférico? Tal resultado parecia impensável no pequeno *boom* de democracia ocorrido na década de 1990 na América Latina. Desde então, no entanto, a Argentina resistiu a uma sucessão de presidentes entre dezembro de 2001 e janeiro de 2002; o Equador depôs cinco presidentes em um ritmo de certa forma mais lento no final dos anos 1990; a praga dos golpes militares ressurgiu na Venezuela; a violência causada pela droga disseminou-se pela Bacia do Caribe e o processo de paz foi interrompido na Colômbia.

- O quanto os Estados Unidos estão comprometidos com a liberalização de suas tão enraizadas barreiras comerciais? A nova lei agrícola dos EUA e as salvaguardas às importações de aço, juntamente com as exigências do Congresso para o “fortalecimento” das leis norte-americanas antidumping, causam ceticismo na América Latina quanto à disposição das autoridades norte-americanas de abrirem seu mercado à concorrência estrangeira. O presidente brasileiro, Fernando Henrique Cardoso, avisou sem meias palavras que a Alca seria “bem-vinda se sua criação for um passo para dar acesso aos mercados mais dinâmicos (...). Não sendo assim, seria irrelevante, ou, na pior das hipóteses, indesejável”.

PERSPECTIVA POSITIVA A MÉDIO PRAZO

As atuais dificuldades econômicas e políticas na América Latina levaram alguns especialistas na Alca a projetarem uma perspectiva sombria para as iniciativas do continente. Projeções pessimistas similares foram feitas em 1995, quando o “efeito tequila” da crise do peso mexicano contaminou a Argentina e outros países da América Latina, embora os países latino-americanos, de modo geral, tenham mostrado uma forte recuperação na segunda metade da década e continuado a aprofundar suas reformas econômicas e iniciativas de integração. Embora os desafios imediatos pareçam desanimadores, a perspectiva a médio prazo continua sendo positiva, por diversas razões.

Primeiro, as perspectivas econômicas estão melhorando, apesar da fraca base de 2001-2002. Como um todo, o Banco Interamericano de Desenvolvimento prevê crescimento de 3% para a região da América Latina e Caribe em 2003 (contra 1,3% em 2002). Até mesmo a previsão para a Argentina anuncia menos volatilidade e inflação e

crescimento positivo em 2003 – embora com níveis de renda bem abaixo daqueles do final da década de 1990. Novos empréstimos do Fundo Monetário Internacional (FMI) já fortaleceram as reservas financeiras do Brasil e do Uruguai e provavelmente ajudarão a reestruturar o deficiente sistema bancário argentino em 2003.

Sem dúvida o Brasil é uma grande incógnita nessa previsão. Se o novo governo puder acalmar os mercados financeiros, os diferenciais das taxas de juros diminuirão, o real irá se valorizar, em comparação a seus atuais níveis depreciados, e a economia poderá atingir um crescimento de 4% ou mais. No entanto, os participantes do mercado estão apostando menos na probabilidade de um resultado tão positivo; de fato, a dívida brasileira tem um prêmio de risco de 1.700 pontos-base, o que indica o grande medo de calote em 2003. Uma nova crise de endividamento provavelmente atrasaria, embora provavelmente não inviabilizasse, a Alca e outras iniciativas econômicas no hemisfério.

Além da pequena elevação do crescimento, existem outros desdobramentos econômicos positivos na região da América Latina e do Caribe que geram boas expectativas para a Alca:

- Apesar da retórica populista presente em vários países, a tradicional reação política em tempos difíceis na América Latina, de recorrer ao protecionismo, tem sido limitada. A Argentina aumentou as tarifas para enfrentar o peso sobrevalorizado, mas depois que o câmbio fixo entrou em colapso, o mesmo aconteceu com a necessidade de barreiras às importações. De fato, as moedas depreciadas da região protegem com eficácia muitas indústrias nacionais, fazendo com que as importações sejam valorizadas e evitando, dessa maneira, a necessidade de restrições às importações. A desvantagem é que as moedas mais fracas também prejudicam algumas empresas locais que precisam de componentes importados para manter sua competitividade internacional.
- O livre comércio continua a atrair, não a repelir, os governos latino-americanos. A continuação da disseminação dos acordos de livre comércio na região, em especial daqueles que envolvem as economias industriais da América do Norte, representa etapas intermediárias importantes no caminho que conduzirá à Alca.

- Acentuadamente menor do que na década de 1990, a integração física da região continua a crescer, à medida que os países buscam projetos regionais de infra-estrutura que ligam redes elétricas e gasodutos e ampliam as redes de transporte rodoviário e ferroviário. Esses investimentos na áreas de construção civil e siderurgia são exemplos de benefícios duradouros de integração regional.

Segundo, vários países da América Latina e Caribe sofrem com governos ineficazes e enfrentam oposição populista, mas parece improvável que seus problemas de governança resultem em uma crise de “Estados falidos”. Os regimes políticos talvez continuem fracos em vários países da região, mas regimes de esquerda ou de direita têm poucas alternativas viáveis de continuar a perseguir reformas no comércio e nos investimentos se suas indústrias e trabalhadores quiserem acompanhar os concorrentes globais. As políticas de substituição de importações fracassaram nas décadas passadas e são ainda menos viáveis em um mundo cada vez mais globalizado. Hoje, os países precisam se adaptar mais rapidamente aos desdobramentos velozes dos mercados globais; a recusa às mudanças significa ficar para trás. Além disso, os países que já tiveram economias relativamente fechadas (em termos da proporção do comércio para o produto interno bruto), como o Brasil e a Argentina, precisam expandir de modo acentuado suas exportações para atingir seus objetivos de crescimento – e as negociações da Alca e da OMC oferecem a possibilidade de aumentar o acesso aos mercados mais ricos do mundo.

Terceiro, a liberalização das barreiras comerciais norte-americanas na Alca é agora mais promissora devido a dois fatos importantes em comparação ao ano passado. Internamente, o Congresso dos EUA finalmente concedeu, após um hiato de oito anos, um mandato abrangente para negociação da Alca. A aprovação da Autoridade de Promoção Comercial em 2002 confere poderes às autoridades comerciais norte-americanas para negociar todas as barreiras dos EUA, sem exceção. Sem dúvida, o Congresso estabeleceu pesadas exigências de consulta e relato sobre as questões politicamente mais delicadas, mas tais ações teriam sido necessárias – mesmo sem o mandato legislativo – para costurar o apoio político interno para os resultados das negociações comerciais.

O lançamento de novas negociações da OMC na Reunião Ministerial de Doha, em novembro de 2001, também é crucial para o sucesso da Alca. Esses dois conjuntos de conversações estão totalmente vinculados, tanto no prazo quanto no conteúdo. Ambos prevêem finalizar as negociações até janeiro de 2005 e introduzir gradualmente, nos próximos 5 a 10 anos, as reformas acordadas; além disso, as autoridades comerciais discutem agendas amplas e similares. Em algumas áreas, como a reforma dos subsídios agrícolas, são necessários progressos nas conversações da OMC para que as conversações da Alca sejam bem-sucedidas, uma vez que as normas disciplinares da Alca poderiam ser eliminadas, a menos que os europeus e outros países também adotem as mesmas obrigações.

OTIMISMO FRÁGIL

Em resumo, as conversações da Alca estão em curso, embora as negociações não tenham avançado muito. Mas os desdobramentos positivos do ano passado e a recuperação emergente das economias latino-americanas em 2003 são motivo para um otimismo frágil. Digo frágil porque muito depende da saúde da economia brasileira e da vontade política das principais nações comerciais das Américas do Norte e do Sul para construir um regime de livre comércio mutuamente benéfico.

Em novembro de 2002, os Estados Unidos e o Brasil assumirão a co-presidência das conversações da Alca até à sua conclusão. Os dois países trabalharam bem juntos no último ano para lançar a Rodada de Doha, minimizar o impacto das salvaguardas norte-americanas do aço às exportações brasileiras e assegurar US\$ 30 bilhões de financiamento do FMI para ajudar o Brasil a administrar seus problemas de endividamento. Temos esperança de que eles se valham desses precedentes para conduzir as negociações da Alca de modo a atingir um bom resultado.

(©) Instituto de Economia Internacional, 2002. Todos os direitos reservados

As opiniões expressas neste artigo não refletem necessariamente a posição nem as políticas do governo dos EUA.

❑ POR QUE A ALCA É INTERESSANTE PARA OS EMPRESÁRIOS DAS AMÉRICAS

Scott Otteman, Diretor, Política Comercial Internacional - National Association of Manufacturers

A manutenção do curso da liberalização comercial é crucial para o desenvolvimento da prosperidade no hemisfério ocidental, afirma Scott Otteman, diretor de política comercial internacional da National Association of Manufacturers (Associação Nacional de Fabricantes). Ele aponta algumas das barreiras ao comércio e ao investimento que continuam a impedir a condução eficiente dos negócios na região e afirma que a eliminação dessas barreiras e o estímulo a políticas favoráveis ao mercado por meio da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) poderão ajudar os países da região a "terminar o trabalho" e tornarem-se economias competitivas viáveis.

A perspectiva grandiosa de uma Área de Livre Comércio das Américas contém um apelo óbvio para muitos empresários em todo o hemisfério ocidental. Eles reconhecem que a meta principal da Alca — o movimento livre de bens e serviços na região, aliado a altos padrões de proteção ao investimento e aos direitos de propriedade intelectual — prenuncia um clima muito melhor para os negócios no hemisfério. Acreditam que a Alca — combinada com consistentes reformas tributária e da regulamentação, bem como políticas macroeconômicas sólidas — podem favorecer o crescimento econômico, oportunidades de empreendimentos e a criação de empregos, e disseminar a prosperidade entre as 34 nações participantes.

Ao longo da última década e meia, países do hemisfério ocidental vêm adotando ao mesmo tempo políticas democráticas e de economias de mercado. Nesses últimos anos, no entanto, essa frágil tendência ainda incompleta tem sofrido ameaças freqüentes. Acuados por dificuldades políticas e financeiras complexas e atormentados por resultados econômicos irregulares, os governos vêm enfrentando pressões crescentes para retomarem as políticas fracassadas do passado. É necessário resistir a essa tentação.

Os países da região devem se ater aos mercados abertos, aperfeiçoando e aprofundando as reformas já iniciadas ao mesmo tempo em que adotam reformas adicionais necessárias para assegurar que a economia de mercado aberto proporcione de forma plena seus benefícios potenciais. Da perspectiva dos empresários, isto significa manter a abertura comercial e assegurar avanços nas áreas de reforma tributária, reforma trabalhista e o Estado de Direito.

BARREIRAS AO COMÉRCIO E AO INVESTIMENTO

A manutenção do curso da liberalização comercial, naturalmente, é um componente vital de qualquer rota realista para um hemisfério próspero. Apesar dos avanços, uma larga gama de barreiras ao comércio e ao investimento continuam a impedir a condução eficiente dos empreendimentos na região. Com a eliminação dessas barreiras e o estímulo a políticas favoráveis ao mercado, a partir de 2005, a Alca poderá fornecer o sistema de políticas por meio do qual os países das Américas poderão "terminar o trabalho" e tornarem-se economias competitivas viáveis que atendam melhor às necessidades de suas populações na era moderna de globalização inexorável.

Quais as principais barreiras comerciais e normativas que continuam a perturbar os empreendimentos? A primeira e mais importante é a permanência das altas tarifas. Os produtores dos EUA, em particular, enfrentam encargos proibitivos sobre muitas de suas exportações para países não participantes do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta). O mesmo acontece com muitos produtores da América Latina e do Caribe, que com freqüência têm de pagar altas tarifas para entrarem no mercado um do outro ou para penetrarem nos poucos segmentos altamente protegidos do mercado dos Estados Unidos e do Canadá. Com a Alca, quase todas as tarifas serão eliminadas — de imediato ou ao longo

de um período de no máximo dez anos, a partir da entrada em vigor do acordo, prevista para 2005.

Mesmo nos lugares onde grupos de vizinhos começaram a derrubar as barreiras de tarifas mútuas, por intermédio de acordos comerciais bilaterais ou sub-regionais, o comércio nas Américas continua a ser complexo em demasia e cheio de troços para a média dos negócios. Um dos motivos dessa situação é a proliferação das "regras de origem" contidas nos diferentes pactos de livre comércio. Em um acordo de livre comércio (ALC), as regras de origem determinam quais produtos estão habilitados a receber direitos preferenciais e outros benefícios sob o ALC. Mas diferentes arranjos de livre comércio usam métodos e tipos de cálculos diferentes para determinar a origem, dessa forma os empresários continuam a enfrentar um fardo pesado ao tentar atender um mercado do tamanho de um hemisfério. A Alca oferece a oportunidade de agrupar todas as regras de origem dos diversos acordos sub-regionais e bilaterais — sejam eles Nafta, Mercosul, os acordos EUA-Chile ou México-Bolívia, ou outros — em um único e uniforme conjunto de regras de origem que poderão nortear as decisões empresariais em todas as Américas.

De forma similar, as empresas das Américas continuam a enfrentar uma vasta lista de medidas denominadas não tarifárias que também limitam o comércio e o investimento. Essas medidas incluem padrões de produtos e critérios normativos inconsistentes e sobrepostos, definidos pelos governos nacionais, que as empresas devem identificar e cumprir se quiserem vender em um país e não em outro. Elas incluem também sistemas alfandegários destinados a deter o comércio e propiciam oportunidades para suborno e não para facilitar o comércio, assim como limitam a transparência e o acesso à concorrência em contratos governamentais. A Alca oferece uma oportunidade imperdível para solucionar falhas como essas em um contexto de sustentação que fornecerá a ajuda técnica necessária para implementar reformas extremamente necessárias.

AMPLOS BENEFÍCIOS

Nesse ínterim, não nos esqueçamos de que membros do setor privado em toda a região já se beneficiaram com a queda das barreiras entre vizinhos mais próximos pelas iniciativas

comerciais sub-regionais dos anos mais recentes. É o caso do Nafta, onde o comércio entre o México, Canadá e os Estados Unidos, a partir de 1994, mais do que dobrou, permitindo que o crescimento das exportações mexicanas respondessem por mais da metade do aumento do produto interno bruto real do México entre 1993 e 2001. É também o caso do Mercado Comum do Cone Sul (Mercosul), onde o comércio intra-regional deu um grande salto na última década, antes da recente crise financeira. As empresas e consumidores locais das Américas foram os que mais se beneficiaram da onda de privatizações das indústrias de propriedade dos governos que acompanhou a liberalização comercial nos anos 1990 — no setor de construção de estradas, telecomunicações e outras infraestruturas cruciais. Vislumbrando o futuro, o ministro de Relações Exteriores do Chile estima que o acordo de livre comércio quase fechado entre EUA-Chile — uma das iniciativas básicas para a conclusão da Alca ampliada — impulsionará as exportações do Chile para os Estados Unidos em 18% a médio prazo.

A Alca pode significar benefícios ainda mais amplos. Ao colocar todo o hemisfério à disposição como fonte de insumos e para venda de produtos sem imposição de penalidades, a área de comércio de toda a região tornará as empresas sediadas nas Américas mais competitivas do que nunca em escala global. Novas economias de escala serão criadas, investimentos internos e externos serão gerados e a produção *just-in-time* será facilitada. Aplicada com rigor, a proteção da propriedade intelectual com padrão internacional atrairá tecnologia e estimulará a pesquisa de alta tecnologia e as possibilidades de desenvolvimento nativas.

GANHOS DAS EMPRESAS MENORES

A maioria das empresas que exportam são de pequeno e médio porte, e elas se beneficiariam enormemente com a Alca. Nos Estados Unidos, 91% das 52.000 firmas que já vendem na América do Sul e América Central são empresas de pequeno e médio porte. Em estudo feito pelos EUA, em 1999, o Small Business Administration (órgão norte-americano de apoio às pequenas empresas) mostra que o número de empresas norte-americanas pequenas (que têm menos do que 500 empregados) exportadoras triplicou entre 1987 e 1997. No entanto, apenas 1% de todas as empresas

norte-americanas pequenas exportam, e entre as que exportam, 63% vendem apenas para um país.

Da mesma forma, as empresas pequenas da América Latina e do Caribe têm tido participação ínfima na expansão das exportações. Tornando igualmente fácil a colocação de bens e serviços no mercado de qualquer país das Américas, a Alca tem um potencial enorme para ampliar as vendas tanto dos pequenos exportadores atuais como dos novos que estão ingressando, sediados na região.

Por exemplo, a indústria de cosméticos brasileira, com 95% de suas companhias sendo micro ou pequenas empresas, projeta um crescimento de 20% a 25% nas exportações nos próximos 5 anos.

A National Association of Manufacturers estima que a Alca poderá triplicar as exportações norte-americanas de bens manufaturados para a América do Sul e América Central em 10 anos, após a implementação. Desnecessário dizer, as empresas de pequeno e médio porte serão responsáveis por grande parte da expansão dos negócios — mas somente se a região se mantiver nesse rumo, usando o processo da Alca para seguir em direção a um futuro que poderá propiciar crescimento e maiores oportunidades sobre uma base sustentável.

As opiniões expressas no artigo não refletem necessariamente a posição nem as políticas do governo dos Estados Unidos.

PERSPECTIVAS DO CONGRESSO

□ ALCA: PROMESSA DE PROSPERIDADE ECONÔMICA E FORTALECIMENTO DAS PARCERIAS REGIONAIS

Philip M. Crane, presidente da Subcomissão Comercial de Orçamento da Câmara

Os países do hemisfério ocidental mantêm-se em um ritmo contínuo em direção a um comércio mais livre, em uma série de frentes, sinalizando o aprofundamento de seus compromissos para a conclusão bem-sucedida das negociações sobre a Área de Livre Comércio das Américas (Alca), diz o presidente republicano da Subcomissão Comercial de Orçamento da Câmara dos Deputados dos Estados Unidos, Philip Crane. "O impulso para a finalização da Alca até 2005 está presente na região, e há muito em jogo para que os países participantes não persistam em sua busca pelo livre comércio", afirma..

Crane acrescenta que o Congresso espera progressos reais como resultado da reunião de ministros da Alca, marcada para 1º de novembro, em Quito, e prevê que a controvérsia sobre questões trabalhistas e ambientais não desvirtuará a Alca. "Na verdade", diz Crane, "um dos objetivos desse processo é utilizar as oportunidades comerciais e de investimento como incentivo para que os países da Alca fortaleçam seus instrumentos de proteção ao meio ambiente".

Em outro trecho desta publicação, o líder democrata da Subcomissão Comercial de Orçamento da Câmara, o congressista Sander Levin, apresenta sua própria perspectiva sobre o futuro das conversações da Alca.

Durante a reunião da Cúpula das Américas realizada em Miami em 1994, observei a maneira como os Estados Unidos e as 34 nações democráticas da América do Norte e do Sul chegaram a um acordo histórico para derrubar barreiras e construir a maior área de livre comércio no mundo.

A importância da finalização desse acordo, conhecido como Área de Livre Comércio das

Américas, é enorme. Caso seja criada, a Alca compreenderá 34 países membros com mais de 800 milhões de pessoas, envolvendo US\$800 bilhões em transações comerciais. Fazendo-se uma comparação, esse acordo comercial incluirá mais que o dobro dos 375 milhões de pessoas pertencentes à União Européia, composta de 15 países, proporcionando às empresas dos Estados Unidos, Canadá e América Latina acesso a mercados mais amplos e economias de escala semelhantes às que seus concorrentes europeus obtêm com o comércio no Mercado Comum Europeu.

A finalização da Alca também oferecerá aos Estados Unidos a oportunidade de conduzir as Américas a um crescimento econômico contínuo e estável, padrões de vida mais elevados e empregos com melhores salários em todos os países participantes do acordo. As novas normas disciplinares para o comércio na Alca fortalecerão o Estado de Direito, consolidarão a reforma econômica em todo o hemisfério e reforçarão os princípios democráticos que unem seus países membros.

Conforme mencionado pelos ministros do Comércio da Alca, as reformas necessárias à realização do livre comércio no hemisfério são ricas em detalhes e possuem longo alcance. A finalização da Alca eliminará as barreiras tarifárias existentes e ajudará a: evitar o estabelecimento de novas barreiras tarifárias; remover restrições ao comércio de produtos, serviços e investimentos; harmonizar as normas para produtos técnicos e segurança de alimentos; fornecer salvaguardas contra expropriação; estabelecer um mecanismo de solução de controvérsias para solucionar quaisquer divergências entre os membros; e aperfeiçoar a proteção aos direitos de propriedade intelectual.

ANDAMENTO ATÉ O PRESENTE

Os países da Alca têm obtido progressos na construção da estrutura necessária para a organização das negociações que visam à eliminação de barreiras em todas essas áreas. Os ministros do Comércio estabeleceram nove grupos de negociação para examinar questões relativas ao acesso a mercados, agricultura, direitos de propriedade intelectual, serviços, investimentos, compras governamentais, política de concorrência, solução de controvérsias e subsídios. A publicação do texto preliminar do acordo — embora entrecortado por muitos colchetes — pelos ministros do Comércio, após reunião realizada em 2001, representa o progresso alcançado na abordagem dessas questões.

Desde seu início e conforme demonstrado pela publicação antecipada de seu texto — fato inédito em uma negociação comercial —, o processo de negociação da Alca foi traçado para atender ao princípio da transparência, de forma que as empresas, a comunidade agrícola, as organizações trabalhistas, as organizações não-governamentais, os governos estaduais e locais e o público ficariam informados a respeito e teriam boas oportunidades para rever seus pontos de vista. Os ministros do Comércio da Alca também se empenharam para garantir que o acordo favoreça e estimule a conclusão exitosa da Rodada de Desenvolvimento de Doha na Organização Mundial do Comércio (OMC).

No momento, a Alca está basicamente dentro do cronograma, mas estou convencido de que o impulso para a finalização intensificou-se de forma considerável após a aprovação da Autoridade de Promoção Comercial (TPA) e a renovação dos compromissos comerciais e de política externa, assumidos pelo Congresso dos Estados Unidos e pelo presidente George W. Bush, incorporados na Alca. Nessa legislação, embora passasse a exigir que o presidente discuta com o Congresso as oportunidades, assim como os ajustes necessários para que os Estados Unidos prossigam com seu compromisso de assumir papel de liderança nas conversações, o Congresso deixou claro que todos os setores do comércio fazem parte da mesa de negociações.

Ao mesmo tempo o Congresso, na nova legislação, impulsiona a liberalização comercial

em outras frentes do hemisfério — nas negociações para o acordo de livre comércio entre os Estados Unidos e o Chile e entre os Estados Unidos e os países da América Central, bem como na melhoria dos benefícios comerciais concedidos às nações andinas.

RUMO A RELAÇÕES COMERCIAIS MAIS FORTES

Uma das principais áreas fora do processo formal de negociação da Alca é a consolidação das relações de livre comércio entre os Estados Unidos e o Chile, que são consideradas modelo para outros países da América Latina interessados no comércio com os Estados Unidos. Embora as conversações entre o Chile e os Estados Unidos tenham sido iniciadas em 1995, elas ficaram paralisadas devido a tentativas fracassadas do Congresso dos Estados Unidos, que buscou, por vários anos, renovar uma ferramenta crucial de negociação comercial do presidente, conhecida como Autoridade de Promoção Comercial (TPA). Sem a TPA, o Chile relutou em prosseguir com o acordo de relações comerciais entre os dois países.

Como presidente da Subcomissão Comercial na Câmara dos Deputados, trabalhei este ano com o governo Bush para que esse instrumento crucial de negociação fosse finalmente renovado. De fato, apresentei o projeto original para renovação da TPA e trabalhei como conferente principal durante as negociações com o Senado para a versão final do projeto. Assim que a TPA foi transformada em lei pelo presidente Bush, em agosto de 2002, o ritmo das negociações com o Chile intensificou-se de forma considerável. Estamos a poucos meses da finalização de um acordo bilateral com o Chile.

Houve também progressos nas relações comerciais dos Estados Unidos com outros países da Alca, inclusive os países localizados no Caribe e na América Central.

Após a implementação do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta), os países do Caribe expuseram a preocupação de que a nova parceria do México com os Estados Unidos prejudicaria suas posições no mercado norte-americano ao longo do tempo. Para tratar dessas questões, o Congresso aprovou a Lei de Parceria Comercial com a Bacia do Caribe, que oferece benefícios de isenção fiscal à maioria das

exportações do Caribe para os Estados Unidos, inclusive vários produtos sensíveis do setor de vestuário que foram anteriormente excluídos de todos os programas comerciais preferenciais. Estou satisfeito por ter apresentado esse projeto e ajudado a conduzi-lo no processo que culminou em sua aprovação em 2002.

Também fiquei orgulhoso em ter sido o patrocinador da Lei Andina de Preferências Comerciais, que renovou e expandiu o tratamento dado aos parceiros comerciais andinos — Bolívia, Colômbia, Equador e Peru — com relação à isenção de impostos. O presidente Bush mencionou que a Lei Andina de Preferências Comerciais ajuda os empresários andinos a encontrarem alternativas viáveis para o cultivo de culturas usadas na produção de drogas ilícitas.

Além da expansão das relações comerciais com os Estados Unidos, alguns países da América Latina também têm promovido a abertura de seus mercados aos países vizinhos, tanto em acordos bilaterais quanto sub-regionais. Essa intensificação comercial ajuda a estimular o crescimento econômico nesses países e auxilia alguns deles a avançarem em suas conversações comerciais com os Estados Unidos.

COMPROMISSO COM O PROGRESSO

Alguns críticos do processo de negociação da Alca argumentam que apenas progressos moderados foram obtidos desde o acordo inicial firmado em 1994. Outros apontam que algumas políticas comerciais norte-americanas fizeram com que as negociações regredissem alguns passos, tal como a decisão tomada pelo governo Bush de impor tarifas e quotas protecionistas às importações de aço. E, por último, grupos trabalhistas e ambientalistas expressaram a grande preocupação de que as medidas de proteção trabalhista e as normas de meio ambiente não sejam preservadas durante o processo de negociação.

Embora reconheça alguns retrocessos, acredito que as negociações da Alca estejam no caminho certo. Essas negociações levarão algum tempo para serem concluídas e devem ser conduzidas cuidadosamente até o fim.

Com relação às normas trabalhistas e de meio ambiente, os negociadores da Alca estão

conduzindo uma revisão abrangente do acordo, focada nas questões ambientais, e têm procurado fazer consultas públicas referentes a todos os aspectos das negociações. De fato, um dos objetivos desse processo é usar as oportunidades comerciais e de investimento como incentivo aos países da Alca para fortalecerem seus instrumentos de proteção ao meio ambiente.

O progresso verificado nos últimos anos apenas sinaliza um aprofundamento no compromisso dos países da Alca envolvidos nas negociações. O Congresso aguarda com interesse progressos mais significativos, como resultado da reunião dos ministros da Alca, a ser realizada em 1º de novembro, em Quito, Equador. Por exemplo, solicito com veemência que os ministros presentes nessa reunião assumam um firme compromisso de não aumentar impostos durante os últimos dois anos de negociações da Alca. Um acordo final deve ser celebrado com base na proposta de que as tarifas sejam eliminadas gradualmente por alíquotas aplicadas, em vez das alíquotas tarifárias muito mais altas consolidadas na OMC. As indústrias nos Estados Unidos e os grupos agrícolas estão estimulando os ministros a identificarem um grupo de setores para eliminação imediata de tarifas, assim que a Alca entre em vigor. Os Estados Unidos solicitam às nações da Alca que façam parte do Acordo sobre Tecnologia da Informação e do Acordo Básico de Telecomunicações da OMC, que contribuirão para a competitividade e os ganhos dos consumidores no hemisfério. O impulso para a finalização da Alca até 2005 está presente na região, e há muito em jogo para que os países participantes não persistam em sua busca pelo livre comércio em todo o hemisfério ocidental.

Nos próximos anos, espero trabalhar com meus colegas no Congresso e no governo Bush para que façamos tudo o que estiver ao nosso alcance para fortalecer os vínculos econômicos com nossos vizinhos da América do Sul e reforçar o progresso desses países rumo à reforma econômica, política e social. Os Estados Unidos ultrapassaram mais uma etapa, fornecendo finalmente ao presidente Bush as ferramentas e a flexibilidade de que ele precisa para uma participação efetiva; o período é propício a grandes realizações.

As opiniões expressas neste artigo não refletem necessariamente a posição nem as políticas do Departamento de Estado dos Estados Unidos.

□ ALCA: OPORTUNIDADE DE FORMULAR REGRAS PARA O COMÉRCIO INTERNACIONAL

Sander M. Levin, líder democrata da Subcomissão Comercial de Orçamento da Câmara

Uma Área de Livre Comércio das Américas (Alca) bem-sucedida deve formular as regras do comércio internacional e da globalização tratando das normas trabalhistas, proteção ambiental e outras questões importantes, diz Sander Levin, líder democrata da Subcomissão Comercial de Orçamento da Câmara dos Deputados dos EUA.

Neste artigo, Levin delinea algumas das opiniões divergentes surgidas durante o debate no Congresso norte-americano sobre a concessão da Autoridade de Promoção Comercial (TPA) ao presidente George Bush, em agosto de 2002. Levin afirma que a controvérsia sobre o projeto de TPA que acabou sendo aprovado, apresentado pelo deputado Bill Thomas e pelo senador Max Baucus, resultou de diferentes opiniões sobre como formular as regras da globalização. Ele diz que as conversações comerciais devem procurar maximizar os benefícios da globalização para o maior número de pessoas e minimizar suas desvantagens.

Em outro artigo desta revista, o congressista Philip Crane, presidente republicano da Subcomissão Comercial de Orçamento da Câmara, apresenta suas opiniões sobre as atuais conversações da Alca.

Com a aprovação do *fast track*/TPA, é importante entender suas implicações para as negociações comerciais pendentes. Isso vale em especial para as negociações bilaterais e regionais, incluindo a Alca, porque a autoridade conferida pelo *fast track*/TPA provavelmente será testada mais rapidamente nessas arenas do que na Rodada de Doha. Sendo assim, tanto as negociações comerciais bilaterais quanto as da Alca apresentam a oportunidade e a necessidade de confrontar as várias questões que surgem do comércio internacional.

NECESSIDADE DE FORMULAR O COMÉRCIO E A GLOBALIZAÇÃO

Na verdade, é no contexto da profusão de questões, às vezes explosivas, relativas ao comércio internacional e à globalização que a votação controversa e muito acirrada no Congresso dos EUA sobre o *fast track*/TPA precisa ser refletida.

O debate inicial do *fast track*/TPA não era entre “defensores do livre comércio” e “protecionistas”, mas, ao contrário, entre grupos que apoiavam um comércio mais aberto e ampliado. Os democratas que lideravam a oposição ao projeto de *fast track* de Thomas/Baucus eram os mesmos democratas que haviam articulado a formulação dos principais programas de ampliação do comércio nos últimos anos, em particular os que se relacionavam com as necessidades das economias em desenvolvimento – a ampliação da Iniciativa da Bacia do Caribe (CBI), a ampliação da Lei de Preferência Comercial para a Região Andina (ATPA), a Lei de Crescimento e Oportunidades para a África (Agoa), o acordo de livre comércio EUA-Jordânia e as relações comerciais normais e permanentes com a China. Além disso, uma forte maioria democrata na Câmara dos Deputados sinalizou seu apoio a um *fast track* que tratasse das questões em uma estrutura responsável, como ficou evidenciado pelos 161 democratas que apoiaram o projeto alternativo de *fast track* de Rangel-Levin-Matsui-McDermott.

Uma forte maioria bipartidária apóia a ampliação do comércio, inclusive por meio da iniciativa da Área de Livre Comércio das Américas. Cada vez mais o debate é sobre “se” e “como” formular as regras do comércio internacional e da globalização.

Tem havido um sensível aumento tanto no volume quanto no valor do comércio. O número de países que participam de maneira significativa no sistema comercial mundial tem crescido rapidamente,

passando de 23 em 1947 para 145 nos dias de hoje. E a maioria dos participantes são países em desenvolvimento que agora comercializam automóveis, produtos eletrônicos, tecnologias da informação e, cada vez mais, serviços.

É muito significativo que o comércio também seja diferente em suas dimensões políticas. As negociações comerciais não são apenas sobre tarifas; estamos agora em uma era na qual a “política comercial” afeta a gama completa de políticas, leis e regulamentações que costumavam ser consideradas basicamente “políticas internas” – incluindo legislação antitruste, direitos de propriedade intelectual, telecomunicações, regulamentação ambiental, normas trabalhistas, regulamentação sobre seguros e leis de segurança alimentar.

Na verdade, as negociações da Alca – que incluem países tão diferentes como Estados Unidos, Brasil, Honduras e Antígua e Barbuda e grupos de negociação que abordam questões tão diversas quanto concorrência, propriedade intelectual e regulamentação de serviços – fornecem uma ilustração perfeita do fenômeno acima mencionado.

O debate sobre o *fast track*/TPA concentrou-se nas divergências sobre como responder a esses novos fenômenos, e não se podemos ou devemos voltar atrás na globalização. De um lado, alguns congressistas acreditam que a ampliação do comércio internacional garantirá o desenvolvimento econômico e social e que, em teoria, o mercado eficiente resolverá quaisquer problemas que surjam. Portanto, na opinião deles, há pouca necessidade de formular as regras do comércio e da globalização.

De outro lado, muitos de nós no Congresso acreditam que a globalização – que veio para ficar – precisa ser moldada para maximizar seus benefícios e minimizar suas desvantagens. Para esses congressistas, o projeto de *fast track*/TPA sancionado em agosto é deficiente em vários aspectos fundamentais. Algumas das principais questões elaboradas abaixo precisam ser abordadas nas negociações comerciais para que os futuros acordos desfrutem de amplo apoio do Congresso.

PADRÕES PARA O MERCADO DE TRABALHO

A História é repleta de exemplos que demonstram que à medida que a integração econômica é acelerada, ela requer uma base comum para a concorrência – incluindo direitos de propriedade intelectual, regulamentações de produtos, regras para investimentos e padrões para o mercado de trabalho.

As regras do comércio internacional já absorveram as três primeiras dessas áreas – por exemplo, os Acordos sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual relacionados ao Comércio da Organização Mundial do Comércio (OMC), Barreiras Técnicas ao Comércio, Medidas Sanitárias e Fitossanitárias, Comércio nos Serviços e Medidas de Investimentos Relacionadas com o Comércio. E a Alca também prevê regras nessas áreas. No entanto, até o momento, o tratamento da questão das normas trabalhistas nos acordos de comércio internacional apresenta diferenças acentuadas. E não há uma base sólida para essa diferença. Assim como acontece com outras questões, os padrões do mercado de trabalho estão diretamente ligados ao comércio e aos investimentos internacionais. De fato, há diversos exemplos – muitos nos países latino-americanos, por exemplo, no caso da banana e dos têxteis – que demonstram o impacto importante dos padrões do mercado de trabalho nos fluxos do comércio e dos investimentos.

Uma vez que a questão do mercado de trabalho recebeu tamanha atenção, é importante entender muito claramente o que muitos congressistas na Câmara e no Senado têm procurado alcançar. Apesar das informações incorretas da mídia e de opositores, o projeto Rangel-Levin não procurou fazer com que outros países adotassem as normas trabalhistas dos EUA ou um salário mínimo. Ao contrário, o projeto Rangel-Levin pedia cláusulas nos acordos de livre comércio – compatíveis com o alto nível de integração econômica inerente a esses acordos –, exigindo que os países adotassem e cumprissem as cinco principais normas trabalhistas, reconhecidas internacionalmente: os direitos de associação e barganha coletiva e proibições ao trabalho infantil, à discriminação e ao trabalho forçado. Essas normas têm sido aceitas pela maioria dos países do mundo como parte de

sua filiação à Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Alguns argumentaram que as cláusulas sobre o mercado de trabalho nos acordos comerciais seriam utilizadas para propósitos protecionistas, mas esse argumento é rechaçado por mais de duas décadas de experiência. Os programas de preferências comerciais dos EUA, como o Sistema Generalizado de Preferências (SGP), a ATPA, a CBI e AGoA, assim como os acordos comerciais dos EUA com o Camboja e a Jordânia, incluem disposições que tratam das questões do mercado de trabalho. A experiência demonstra que essas cláusulas não têm sido utilizadas para acabar com o comércio, mas, ao contrário, foram desenvolvidas no contexto da expansão do comércio com esses países e têm sido utilizadas para ajudar esses países a implementar e aprimorar o respeito às principais normas trabalhistas.

Outros também argumentaram que os países em desenvolvimento seriam prejudicados pelas regras comerciais referentes às principais normas trabalhistas. Mas é difícil entender como o abuso das principais normas trabalhistas, reconhecidas internacionalmente, poderia ser visto como uma fonte legítima de vantagem comparativa. Na verdade, os países em desenvolvimento só têm a ganhar estabelecendo uma base comum nessa área. Um artigo no *New York Times*, de abril de 2001, que discute a condição das normas trabalhistas na América Central, citou o presidente de um país centro-americano referindo-se à dificuldade de aplicação das normas trabalhistas em seu país: “A dificuldade nesta região é que existe mão-de-obra com valor mais competitivo” nas proximidades. Em outras palavras, se um país de uma região cumprir as principais normas trabalhistas, o comércio e os investimentos migrarão para os países vizinhos que não as cumprem. No entanto, se houvesse uma base comum e exequível das principais normas trabalhistas, os trabalhadores de todos os países poderiam se beneficiar.

Tratar da questão dos padrões do mercado de trabalho nos acordos de comércio internacional ajudará os países a se desenvolverem. Quando podem se organizar e barganhar coletivamente, os trabalhadores têm condições de pressionar por condições decentes de trabalho e por melhores salários; têm condições de colher uma parcela maior dos frutos da globalização. Isso incentivará

os trabalhadores a investirem mais em suas habilidades e no sucesso das empresas para as quais trabalham. Isso ajudará a construir uma classe média e ajudará o processo de desenvolvimento.

A importância de tratar do impacto das principais normas trabalhistas no comércio e na concorrência é fundamental, e o Congresso não deve e, acredito, não permitirá que sejam usadas artimanhas.

REGULAMENTAÇÃO AMBIENTAL

A questão comercial e ambiental é ao mesmo tempo similar e diferente da questão das normas comerciais e do mercado de trabalho. É similar no sentido em que, até o momento, os acordos comerciais em grande parte ignoraram o impacto inegável que as regulamentações ambientais podem ter no comércio e nos investimentos, e vice-versa. É diferente, no entanto, no sentido em que não existe um conjunto distinto e claramente definido das principais normas ambientais reconhecidas internacionalmente (como as cinco principais normas trabalhistas da OIT) que possa ser aplicado universalmente. Ao contrário, as normas estão sendo desenvolvidas, quase sempre específicas a uma dada ameaça ambiental e às vezes expressas em acordos ambientais multilaterais.

Até o momento, dois princípios básicos são centrais: se os acordos comerciais devem permitir que os países obtenham vantagens comerciais ou de investimentos deixando de cumprir suas leis ambientais e se devemos garantir que as obrigações de comércio e investimentos internacionais não prejudiquem os esforços legítimos de um país de proteger o meio ambiente nacional e global, inclusive pelo cumprimento de acordos ambientais multilaterais. Para muitos congressistas está claro que a resposta à primeira pergunta é “não” e que a resposta à segunda pergunta é “sim”. E qualquer futuro acordo comercial precisará refletir essas respostas de uma maneira significativa.

ACORDOS PARA INVESTIMENTOS

Muitos dos congressistas que acabaram votando contra a aprovação da proposta do *fast track*/TPA o fizeram pelo menos em parte devido às preocupações relativas aos acordos para

investimentos, como o que se encontra no Capítulo 11 do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta), que estabelece as obrigações dos países do Nafta para com os investidores dos países membros e permite que o investidor que considerar que um país do Nafta violou uma dessas obrigações mova uma ação diretamente contra o país, em uma arbitragem não vinculante. A maioria dos que estão preocupados com o Capítulo 11 do Nafta e outros acordos sobre investimentos ainda acredita fortemente que as proteções existentes para os investidores incluídas nesses acordos são de vital importância e, de fato, beneficiam os países em desenvolvimento, ajudando-os a atrair investimentos. Muitos acreditam, no entanto, que as normas de investimentos têm sido interpretadas de modo excessivamente amplo pelos painéis de arbitragem. Caso não sejam corrigidas por meio de explicações cuidadosas, essas interpretações demasiadamente amplas poderiam ameaçar esforços legítimos de regulamentação interna dos países. Além disso, muitos congressistas acreditam que a arbitragem investidor-Estado deve ser aberta em nome da maior transparência.

Essa é uma área onde a colaboração entre os países da Alca e os congressistas interessados em todo o processo de negociação poderia resultar em soluções duradouras.

LEIS SOBRE MEDIDAS COMERCIAIS REPARATÓRIAS

Os direitos antidumping e compensatórios e as regras de salvaguardas (coletivamente, as “medidas comerciais reparatórias”) são pilares fundamentais do sistema comercial internacional. Eles foram incluídos no GATT/OMC desde o início do sistema em 1947 e estão disponíveis a todos os membros da OMC.

Fortes majorias no Congresso – bicameral e bipartidária – não estão dispostas a aceitar um acordo comercial que viesse a enfraquecer as medidas comerciais reparatórias. As leis do comércio justo dos EUA (direitos antidumping e compensatórios) garantem que empresas, agricultores e trabalhadores norte-americanos não sejam prejudicados por ações desleais de governos

e situações de mercado do exterior, como subsídios, mercados fechados ou tolerância a atividades anticompetitivas. A lei de salvaguardas fornece uma trégua temporária, de modo que as indústrias norte-americanas seriamente prejudicadas pelas importações possam se reestruturar. Essas regras são necessárias para garantir a continuação do apoio dos EUA aos esforços de liberalização do comércio.

É importante que os parceiros de negociação dos EUA entendam esse fato. O Congresso não aprovará um acordo comercial que enfraqueça as leis norte-americanas sobre medidas comerciais reparatórias.

OPORTUNIDADE IMPORTANTE

Membros do Congresso estão aguardando ansiosos para trabalhar com os países da Alca a fim de tratar de cada uma dessas questões. De modo realista, há um papel ativo para aqueles de nós que acreditam na necessidade de formular as regras do comércio e enfrentar as questões difíceis. Como na área de investimentos, existem muitas áreas nas quais os congressistas e os países da Alca poderiam trabalhar juntos para melhorar o acordo final.

É essencial lembrar que, mais adiante, em muitas áreas ainda não discutidas – como a agricultura e o setor têxtil – decisões importantes necessitarão de uma aliança mais ampla no Congresso do que aquela que aprovou o projeto *fast track*/ TPA e precisarão, em particular, do apoio ativo dos democratas internacionalistas, muitos dos quais se opuseram às deficiências do projeto aprovado.

Por fim, esperamos que a Alca possa ser uma oportunidade importante para restaurar a aliança bipartidária essencial para uma política comercial sólida, resultando em um acordo de livre comércio mutuamente benéfico para o hemisfério, que promova a estabilidade e o desenvolvimento e traga benefício de longo prazo para o maior grupo possível de pessoas no hemisfério.

As opiniões expressas neste artigo não refletem necessariamente a posição nem as políticas do Departamento de Estado dos Estados Unidos.

FATOS E CIFRAS

□ DADOS DO COMÉRCIO DO HEMISFÉRIO OCIDENTAL

Exportações por grupos de países em 2001 (% de mudanças de 2000 para 2001)

REGIÃO EXPORTADORA	Comunidade					América Latina	Nafta	Hemisfério Occidental
	Mercosul	Andina	G-3	Aladi	MCAC			
DESTINO								
Mercosul	-9,7	-22,2	-17,0	-9,5	7,3	-9,5	5,7	-2,6
Mercosul, Chile, Bolívia	-5,4	-16,6	-11,6	-5,9	-15,6	-6,0	3,6	-1,8
Comunidade Andina	22,7	10,4	11,0	15,7	11,0	15,7	8,1	11,2
G-3	19,9	14,8	18,8	17,0	-9,5	16,1	-5,9	-4,2
Aladi	-1,1	0,8	3,0	0,7	-7,1	0,6	-3,7	-2,9
MCAC	10,2	-7,5	2,0	2,5	7,9	5,4	1,4	2,5
América Latina	-0,4	-1,8	0,2	0,6	6,5	1,1	-3,2	-2,4
Nafta	4,5	-14,4	-5,8	-4,5	-16,0	-4,9	-4,6	-4,7
Hemisfério Occidental	1,4	-9,7	-5,4	-3,5	-8,5	-3,6	-3,9	-3,8
Total mundial	5,4	-9,7	-5,7	-2,4	-11,3	-2,7	-3,4	-3,2

Exportações por grupos de países em 2001 (em bilhões de dólares)

REGIÃO EXPORTADORA	Comunidade					América Latina	Nafta	Hemisfério Occidental
	Mercosul	Andina	G-3	Aladi	MCAC			
DESTINO								
Mercosul	16,0	1,8	2,1	20,5	0,02	20,5	21,7	41,1
Mercosul, Chile, Bolívia	21,2	2,7	3,0	27,2	0,03	27,2	25,6	51,3
Comunidade Andina	3,9	5,7	5,6	12,6	0,12	12,8	14,5	25,7
G-3	4,5	4,3	4,3	11,4	0,3	11,8	100,9	111,5
Aladi	26,7	9,1	9,2	42,8	0,4	43,2	129,9	170,0
MCAC	0,4	1,2	2,5	3,2	2,8	6,1	10,0	14,7
América Latina	27,7	11,9	13,6	49,0	3,5	52,7	147,0	194,4
Nafta	20,6	24,2	164,8	193,8	5,7	199,9	613,6	669,0
Hemisfério Occidental	46,0	35,3	177,9	238,9	9,0	248,5	670,5	769,1
Total mundial	89,2	51,7	198,6	318,6	11,3	330,8	1.095,8	1.266,9

Distribuição percentual de exportações por grupos de países em 2001

REGIÃO EXPORTADORA	Comunidade					América	Hemisfério	
	Mercosul	Andina	G-3	Aladi	MCAC	Latina	Nafta	Occidental
DESTINO								
Mercosul								
Mercosul, Chile,	18	3	1	6	0	6	2	3
Bolívia	24	5	2	9	0	8	2	4
Comunidade Andina	4	11	3	4	1	4	1	2
G-3	5	8	2	4	3	4	9	9
Aladi	30	18	5	13	3	13	12	13
MCAC	0	2	1	1	24	2	1	1
América Latina	31	23	7	15	31	16	13	15
Nafta	23	47	83	61	50	60	56	53
Hemisfério Occidental	52	68	90	75	79	75	61	61
Total mundial	100	100	100	100	100	100	100	100

Abreviações:

Aladi: Associação Latino-Americana de Integração

MCAC: Mercado Comum da América Central (Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua)

G-3: Grupo dos Três (Colômbia, México, Venezuela)

Mercosul: Mercado Comum do Sul (Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai)

Nafta: Acordo de Livre Comércio da América do Norte

Fonte: Banco Interamericano de Desenvolvimento

**Crescimento nas exportações em 2001
por grupos comerciais do hemisfério ocidental**

Grupo/membro exportador	Crescimento nas exportações para o grupo	Crescimento nas exportações para o mundo
Mercosul	-9,7	5,4
Argentina	-6,0	3,4
Brasil	-12,3	6,9
Paraguai	-18,0	5,9
Uruguai	-15,7	-9,5
Chile (Mercosul)	-4,6	-1,3
Comunidade Andina	10,4	-9,7
Bolívia	10,9	5,1
Colômbia	30,3	-3,9
Equador	14,1	-8,9
Peru	19,9	3,0
Venezuela	-21,2	-15,6
Nafta	-4,6	-3,4
México	-4,3	-4,0
Canadá	-2,2	-3,1
Estados Unidos	-7,2	-3,4
MCAC	7,9	-11,3
Costa Rica	7,1	-17,7
El Salvador	1,2	2,0
Guatemala	14,3	-14,6
Honduras	--	--
Nicarágua	19,6	-7,2

Nota: As estimativas têm por base dados de janeiro a setembro para todos os países, exceto Peru e Costa Rica, com base em dados coletados de janeiro a outubro; El Salvador, com dados coletados de janeiro a junho; e Guatemala, com base no período de janeiro a julho.

Fonte: Banco Interamericano de Desenvolvimento

RECURSOS PARA INFORMAÇÃO



ALCA: PRINCIPAIS CONTATOS E SITES

GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS

**Departamento de Agricultura dos Estados Unidos
Serviço de Agricultura Internacional**

Escritório do Hemisfério Ocidental
1400 Independence Avenue, S.W.
Washington, D.C. 20520-1080
Fone: (202) 720-3221
Fax: (202) 720-5183
E-mail: Robert_hoff@fas.usda.gov
<http://www.fas.usda.gov/itp/ftaa.html>

**Departamento de Comércio dos Estados Unidos
Administração de Comércio Internacional**

Área de Livre Comércio das Américas
Room H-3826
14th Street and Constitution Avenue, N.W.
Washington, D.C. 20250
Fone: (202) 482-2436

**Escritório do Nafta e de Assuntos
Interamericanos**

<http://www.mac.doc.gov/ftaa2005/index.htm>

**Departamento de Estado dos Estados Unidos
Escritório de Programas Internacionais de
Informação**

Questões Comerciais do Hemisfério Ocidental
301 - 4th Street, S.W.
Washington, D.C. 20547
<http://usinfo.state.gov/regional/ar/trade/#1>

**Escritório do Representante de Comércio dos
Estados Unidos para as Américas**

Área de Livre Comércio das Américas
600 17th Street, N.W.
Washington, D.C. 20506
Fone: (202) 395-6135
<http://www.ustr.gov/regions/whemisphere/ftaa.shtml>

INSTITUIÇÕES QUE NÃO PERTECEM AO GOVERNO DOS EUA

**Associação das Câmaras Americanas de
Comércio na América Latina**

Área de Livre Comércio das Américas
1615 H Street, N.W.
Washington, D.C. 20062-2000
Fone: (202) 463-5485
Fax: (202) 463-3126
E-mail: info@aaccla.org
<http://www.aaccla.org/policy/detail.asp?PolicyIssueID=45>

Conselho das Américas

1310 G Street, N.W., Suite 690
Washington, D.C. 20005
Fone: (202) 639-0724
Fax: (202) 639-0794
<http://www.counciloftheamericas.org/index.html>

**Área de Livre Comércio das Américas - site
oficial**

Secretaria Administrativa da Alca
Apartado Postal 89-10044, Zona 9
Ciudad de Panama, Republica de Panama
Fone: (507) 270-6900
Fax: (507) 270-6990
<http://www.ftaa-alca.org/>

Governo do Canadá

**Departamento de Assuntos Internacionais e
Comércio Exterior**

Divisão de Negociações Comerciais e Acordos
Internacionais
Área de Livre Comércio das Américas
125 Sussex Drive
Ottawa, Ontario K1A 0G2
<http://www.dfait-maeci.gc.ca/tna-nac/ftaa1-e.asp>

Fórum Empresarial das Américas
<http://www.americascanada.org/eventabf/menu-e.asp>
Negócios e Comércio
Área de Livre Comércio das Américas
<http://www.americascanada.org/businesstrade/menu-e.asp>

Banco Interamericano de Desenvolvimento
1300 New York Avenue, NW
Washington, DC 20577
Fone: (202) 623-1000
Integração e Questões Comerciais
<http://www.iadb.org/exr/topics/integration.htm>

Organização dos Estados Americanos -- Unidade de Comércio
1889 F Street, N.W., Suite 100
Washington, D.C. 20006-4499
Fone: (202) 458-3181

Fax: (202) 458-3561
Sistema de Informações para o Comércio Exterior
<http://www.sice.oas.org/TUnit/ftaae.asp>
Rede de Informações da Cúpula das Américas (Alca)
<http://www.summit-americas.org/FTAA/ftaaisue.htm>

Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e Caribe - Unidade de Comércio Internacional
1825 K Street, N.W., Suite 1120
Washington, D.C. 20006
Fone: (202) 955-5613
Fax: (202) 296-0826
Email: info@eclac.org /
<http://www.eclac.org/washington>

ORGANIZAÇÕES ACADÊMICAS E DE PESQUISA

Universidade Internacional da Flórida
Centro Cúpula das Américas
Centro América Latina e Caribe
University Park, Miami, Florida 33199
Fone: (305) 348-2894
Email SOAC: summit@fiu.edu
<http://www.americasnet.net>
Área de Livre Comércio das Américas
http://www.americasnet.net/Trade_Integration/trade_reports.htm

Instituto das Américas
10111 North Torrey Pines Road
La Jolla, California 92037
Fone: (858) 453-5560
Fax: (858) 453-2165
E-mail: support@iamericas.org
<http://ioa.ucsd.edu/>

Diálogo Interamericano
Projeto de Políticas Comerciais
1211 Connecticut Avenue, Suite 510
Washington, D.C. 20036
Fone: (202) 822-9002
Fax: (202) 822-9553
E-mail: iad@thedialogue.org
<http://www.iadialog.org>

Conselho de Comércio Latino-Americano de Oregon
Sites de comércio internacional com a América Latina
<http://www.latco.org/tools.htm>

Universidade de Miami
Centro Norte-Sul Dante B. Fascell
Programa de Estudos Caribenhos
1500 Monza Avenue
Coral Gables, Florida 33146-3027
Fone: (305) 284-6868
Fax: (305) 284-6370
<http://www.miami.edu/nsc/pages/Carib.html>

Universidade do Texas
Centro de Informações da Rede Latino-Americana (Lanic)
Sid W. Richardson Hall 1.310
Austin, Texas 78712
<http://www.lanic.utexas.edu/la/region/trade/>

LEITURAS ADICIONAIS SOBRE A ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO DAS AMÉRICAS

Ahearn, Raymond J. *Trade and the Americas (O Comércio e as Américas)*. Washington, D.C.: Serviço de Pesquisa do Congresso, 2002.

Bouzas, Roberto e Gustavo Svarzman. *The FTAA Process: What Has It Achieved, and Where Does It Stand? (O Processo da Alca: O que já Foi Alcançado e em que Estágio se Encontra?)*. Miami, Flórida: Universidade de Miami, 2001.

Carranza, Mario Esteban. *South American Free Trade Area or Free Trade Area of the Americas? Open Regionalism and the Future of Regional Economic Integration in South America (Área de Livre Comércio da América do Sul ou Área de Livre Comércio das Américas? O Regionalismo Aberto e o Futuro da Integração Econômica Regional na América do Sul)*. Aldershot, Inglaterra: Ashgate, 2000.

Cooper, William H. *Free Trade Agreements: Impact on U.S. Trade and Implications for U.S. Trade Policy (Acordos de Livre Comércio: Impacto sobre o Comércio Norte-Americano e Consequências para a Política Comercial dos EUA)*. Washington, D.C.: Serviço de Pesquisa do Congresso, 2002.

Conselho das Américas. *FTAA: Blueprint for Prosperity (Alca: Projeto para a Prosperidade)*. Washington, D.C.: Conselho das Américas, 2001.

Devlin, Robert. *The Free Trade Area of the Americas and Mercosul-European Union Free Trade Process: Can They Learn Something From Each Other? (A Área de Livre Comércio das Américas e o Processo de Livre Comércio Mercosul-União Européia: Eles Poderão Aprender uns com os Outros?)*. Washington, D.C.: Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2000.

Franko, Patrice M. *Toward a New Security Architecture in the Americas: The Strategic Implications of the FTAA (Rumo a uma Nova Arquitetura de Segurança nas Américas: as*

Consequências Estratégicas da Alca). Washington, D.C.: Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais, 2000.

Harrison, Glenn W., Thomas F. Rutherford, e David G. Tarr. *Chile's Regional Arrangements and the Free Trade Area of the Americas: The Importance of Market Access (Os Acordos Regionais do Chile e a Área de Livre Comércio das Américas: a Importância do Acesso a Mercados)*. Washington, D.C.: Banco Mundial, 2001.

Hornbeck, J. F. *A Free Trade Area of the Americas: Status of Negotiations and Major Policy Issues (Área de Livre Comércio das Américas: Status das Negociações e Principais Questões de Políticas)*. Washington, D.C.: Serviço de Pesquisa do Congresso, 2002.

Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). *Beyond Borders: The New Regionalism in Latin America (Além das Fronteiras: o Novo Regionalismo na América Latina)*. Washington, D.C.: BID, 2002.

Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). *Free Trade Area of the Americas (FTAA): Fifth Trade Ministerial Meeting and Americas Business Forum (Área de Livre Comércio das Américas: Quinta Reunião de Ministros do Comércio e Fórum Empresarial das Américas)*. Washington, D.C.: BID, 2000.

Londono, Carmina. *Free Trade Area of the Americas (FTAA) Conformity Assessment Structure (Estrutura de Avaliação da Conformidade da Área de Livre Comércio das Américas [Alca])*. Gaithersburg, Maryland: Instituto Nacional de Padrões e Tecnologia, 1999.

Organização dos Estados Americanos. *Service Trade in the Western Hemisphere: Liberalization, Integration and Reform (Comércio de Serviços no Hemisfério Ocidental: Liberalização, Integração e*

Reforma). Washington, D.C.: Brookings Institution Press, 2000.

Rojas-Suarez, Liliana. *Toward a Sustainable FTAA: Does Latin America Meet the Necessary Financial Preconditions? (Rumo a uma Alca Sustentável: A América Latina Preenche os Pré-Requisitos Financeiros Necessários?)*. Washington, D.C.: Instituto de Economia Internacional, 2002.

Salazar-Xirinachs, Jose Manuel e Maryse Robert, orgs. *Toward Free Trade in the Americas (Rumo ao Livre Comércio nas Américas)*. Washington, D.C.: Brookings Institution Press, 2001.

Schott, Jeffrey J. *Prospects of Free Trade in the Americas (Perspectivas do Livre Comércio nas Américas)*. Washington, D.C.: Instituto de Economia Internacional, 2001.

Stevenson, Sherry M., org. *Services Trade in the Western Hemisphere: Liberalization, Integration, and Reform (Comércio de Serviços no Hemisfério Ocidental: Liberalização, Integração e Reforma)*. Washington, D.C.: Brookings Institution Press, 2000.

Taylor, Rupert J. e Linda E. Taylor. *Free Trade Area of the Americas (Área de Livre Comércio das Américas)*. Waterloo, Ontario: Taylor Publishing Consultants Limited, 2001.

Congresso dos Estados Unidos. Comissão de Agricultura da Câmara. *The Administration's Proposals for the Free Trade Area of the Americas (FTAA) and its Impact on U.S. Agriculture (As Propostas do Governo para a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) e seu impacto na agricultura norte-americana)*. Washington, D.C.: Congresso dos Estados Unidos, 23 de maio de 2001.

Congresso dos Estados Unidos. Comissão de Relações Internacionais da Câmara. *The Importance of the Free Trade Area of the Americas (FTAA) to United States Foreign Policy (A Importância da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) para a Política Externa dos EUA)*. Washington, D.C.: Congresso dos Estados Unidos, 12 de julho de 2001.

Congresso dos Estados Unidos. Comissão de Orçamento da Câmara. *Outcome of Summit of the Americas and Prospects for Free Trade in the Hemisphere (Resultado da Cúpula das Américas e Perspectivas para o Livre Comércio no Hemisfério)*. Washington, D.C.: Congresso dos Estados Unidos, 8 de maio de 2001.

Tribunal de Contas Geral dos EUA (GAO). *Free Trade Area of the Americas: April 2001 Meetings Set Stage for Hard Bargaining to Begin (Área de Livre Comércio das Américas: Reuniões de Abril de 2001 Preparam o Terreno para o Início das Difíceis Negociações)*. Washington, D.C.: GAO, 2001.

Tribunal de Contas Geral dos EUA (GAO). *Free Trade Area of the Americas: Negotiations at Key Juncture on Eve of April Meetings (Área de Livre Comércio das Américas: Negociações em Momento-Chave às Vésperas das Reuniões de Abril)*. Washington, D.C.: GAO, 2001.

Tribunal de Contas Geral dos EUA (GAO). *Free Trade Area of the Americas: Negotiators Move Toward Agreement That Will Have Benefits, Costs to U.S. Economy (Área de Livre Comércio das Américas: Negociadores Tendem a Fechar um Acordo que Propiciará Benefícios e Custos para a Economia dos EUA)*. Washington, D.C.: GAO, 2001.

Williamson, John, org. *An Economic Policy Agenda for Latin America (Agenda de Políticas Econômicas para a América Latina)*. Washington, D.C.: Instituto de Economia Internacional, 2002.

Banco Mundial. *Trade Blocs (Blocos Comerciais)*. Washington, D.C.: Banco Mundial, 2001.

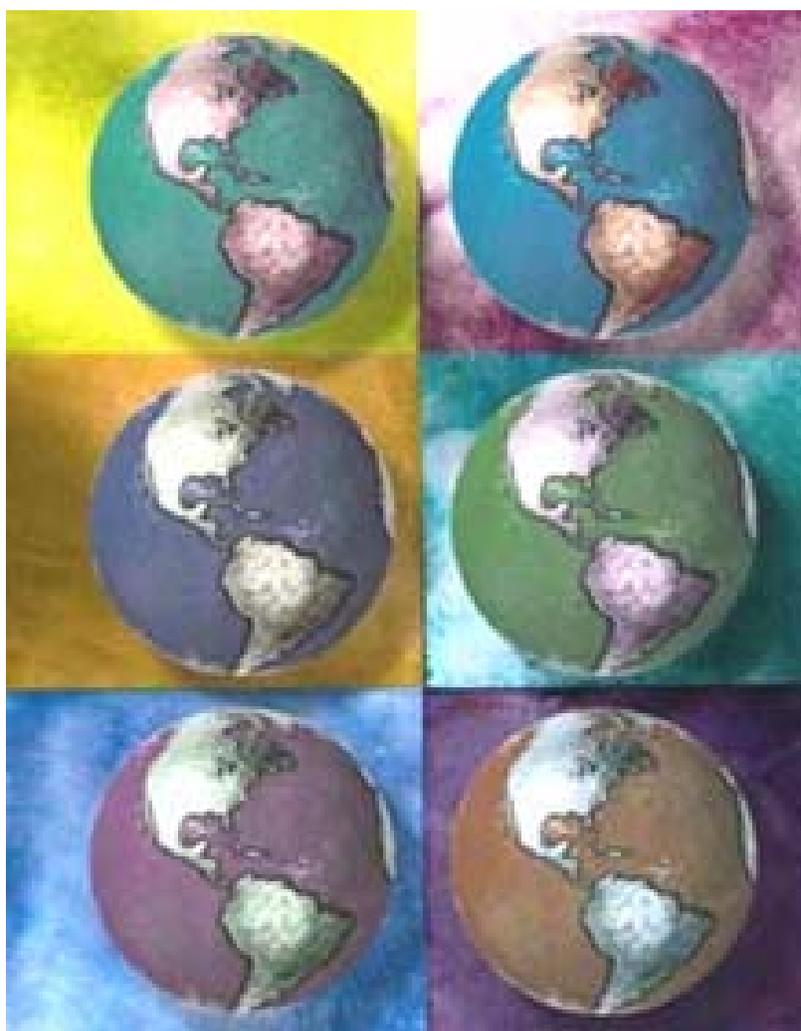
Perspectivas Econômicas

Volume 7

Revista Eletrônica do Departamento de Estado dos EUA

Número 3

Área de Livre Comércio das Américas: Expandindo o Comércio do Hemisfério



__ Outubro de 2002 __